



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
17 02 2016	15h25	6ª SESSÃO ORDINÁRIA	1

**TERCEIRA SECRETARIA
DIRETORIA LEGISLATIVA
DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO
SETOR DE TAQUIGRAFIA
SETOR DE TRAMITAÇÃO, ATA E SÚMULA
2ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 7ª LEGISLATURA
ATA CIRCUNSTANCIADA DA 6ª
(SEXTA)
SESSÃO ORDINÁRIA,
EM 17 DE FEVEREIRO DE 2016.**

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE) – Está aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

Não temos *quorum* regimental neste momento para o debate. Estamos presentes eu, Deputado Chico Vigilante, o Deputado Wasny de Roure e o Deputado Wellington Luiz.

A Presidência vai suspender os trabalhos até as 16h para que se complete o *quorum*.

Está suspensa a sessão.

(Suspensa às 15h29min, a sessão é reaberta às 15h54min.)

(Assume a Presidência a Deputada Liliane Roriz.)

PRESIDENTE (DEPUTADA LILIANE RORIZ) – Está reaberta a sessão.

Convido o Deputado Chico Vigilante a secretariar os trabalhos da Mesa.

Sobre a mesa, Expediente que será lido pelo Sr. Secretário.

(Leitura do Expediente.)

PRESIDENTE (DEPUTADA LILIANE RORIZ) – O Expediente lido vai à publicação.

Leitura das atas das sessões anteriores.

Solicito ao Sr. Secretário que proceda à leitura das atas das sessões anteriores.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
17 02 2016	15h25	6ª SESSÃO ORDINÁRIA	2

DEPUTADO CHICO VIGILANTE – Sra. Presidente, solicito a dispensa da leitura das atas.

PRESIDENTE (DEPUTADA LILIANE RORIZ) – Esta Presidência acata a solicitação de V.Exa. e dá por lidas e aprovadas sem observações as seguintes:

- Ata da 1ª Sessão Ordinária;
- Ata da 2ª Sessão Ordinária;
- Ata da 3ª Sessão Ordinária.

(Assume a Presidência o Deputado Chico Vigilante.)

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE) – Dá-se início ao
PEQUENO EXPEDIENTE.

Passa-se aos

Comunicados de Líderes.

Concedo a palavra à Deputada Liliane Roriz.

DEPUTADA LILIANE RORIZ (Bloco Força do Trabalho. Como Líder. Sem revisão da oradora.) – Boa tarde a todos vocês. Nobres Parlamentares, jornalistas, assessores, demais presentes e galeria, trago hoje um assunto que muito tem nos preocupado, aliás, tem preocupado o mundo inteiro, que é a luta contra o *Aedes aegypti* e as doenças que o mosquito transmite, como a dengue, a zika e a chikungunya. Não é de hoje que os veículos têm insistido na comunicação, noticiando crescentes números de casos da doença em nossa cidade. Ainda no ano passado – eu queria que vocês prestassem muita atenção nessa data –, antes desse salto gigantesco na quantidade de pessoas que foram acometidas por essas doenças transmitidas pelo mosquito, eu já havia demonstrado uma preocupação, Deputado Agaciel Maia, com a situação em que hoje nos encontramos. Por isso mesmo, fiz um contato com o Serviço de Limpeza Urbana – SLU na época para que ele pudesse agir de uma forma rápida, antes mesmo que isso tomasse uma maior proporção, como aí está, e chegasse aonde chegou. Mas, infelizmente, na época, nós chegamos ao SLU, Deputado Chico Vigilante, e fomos à diretora, a Sra. Heliana Kátia, que mostrou a necessidade de construção de Pontos de Entrega Voluntária, chamados PEVs. Esses pontos seriam grandes aliados na luta contra o mosquito. Por quê? Porque essas doenças são, muitas vezes, causadas pela falta do recolhimento de lixo, como pneus. Já vimos nas reportagens cenas de vasos sanitários, sofás, restos de obras, enfim, muitas outras coisas. Aí teríamos um local apropriado para que essas pessoas que têm esses entulhos em casa não os deixem no quintal, tornando-se um criadouro do *Aedes aegypti*. Nós temos de lembrar que essa luta para acabar com o mosquito, eliminar esses criadouros, é muito importante. E o lixo jogado de qualquer forma cria uma atmosfera para que o *Aedes aegypti* se espalhe por toda a cidade causando todo esse problema que aí está. Pois bem, levantei o custo para a implantação de



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
17 02 2016	15h25	6ª SESSÃO ORDINÁRIA	3

um PEV. Ele custa hoje, Deputado Chico Vigilante, 160 mil reais – valores do próprio SLU. Levantei que no Distrito Federal existem hoje mais de mil pontos clandestinos de deposição irregular de lixo. Aliás, como todos os veículos de comunicação vêm mostrando, como o *Correio Braziliense*, o *Jornal de Brasília*, a *Rede Globo*, a *Record*, todos estão se envolvendo com isso incansavelmente, alertando a população. Então, o que eu fiz? Destinei, no ano passado, das emendas parlamentares a que temos direito, 1 milhão e 900 mil reais ao SLU para que ele pudesse investir nesses PEVs no Distrito Federal e Entorno. Assim, eu estaria fazendo a minha parte e o governo a dele, contribuindo para que a dengue, a zika e a chikungunya não acometessem tanto o nosso povo, principalmente os nossos bebês.

DEPUTADO WASNY DE ROURE – Permite-me V.Exa. um aparte?

DEPUTADA LILIANE RORIZ – Ouço o aparte de V.Exa.

DEPUTADO WASNY DE ROURE (PT. Sem revisão do orador.) – Deputada Liliane Roriz, ao tempo em que parableno V.Exa., até porque há um comentário bastante interessante na imprensa hoje sobre os gastos do Governo do Distrito Federal... Inclusive, o Deputado Chico Vigilante, recentemente, fez um pronunciamento a esse respeito, e essa atitude de V.Exa. só demonstra que são medidas que vêm ao encontro de todas as áreas da nossa sociedade no sentido de se coibir. Por exemplo, o Governo Federal pôs parte da sua tropa para fazer esse trabalho de conscientização. Eu sei porque recebi na minha casa um integrante do Exército, que fez a vistoria. Acompanhei e dialoguei com ele.

Eu quero aproveitar a oportunidade do seu discurso, se V.Exa. me permitir, e dizer que nós apresentamos um projeto de lei recente que diz respeito à difusão das sementes da crotalaria aqui no Distrito Federal. Não sou pioneiro, essa ideia já permeou algumas decisões de legislativos municipais. Eu acompanho, aqui no Distrito Federal, a Escola Classe do Frigorífico, dirigida pelo professor Jefferson, na Região Administrativa de Planaltina, localizada exatamente próxima ao Arapoanga, os alunos são principalmente provenientes do Arapoanga, e ele tem feito um trabalho digno de reconhecimento de serviço público, inclusive, amplamente noticiado pela *TV Globo*, *TV Record*, etc., que é a difusão nos canteiros, nos quintais, dessa variedade vegetal, porque o seu ciclo de vida faz com que a libélula se alimente da larva do *Aedes aegypti*. Portanto, Deputada Liliane Roriz, a exemplo da proposta que V.Exa. levou ao conhecimento da direção do SLU, medidas como essas devem fortalecer nosso procedimento.

O nosso mandato tem adquirido a semente da crotalaria para ajudar nessa difusão, e tenho assistido a vários exemplos que a estão utilizando. Cabe registrar – e encerro a minha palavra – que vários municípios que tiveram baixa incidência da dengue são aqueles que têm feito uso das sementes da crotalaria. Fica aqui mais um registro, mais uma contribuição para a população do Distrito Federal.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
17 02 2016	15h25	6ª SESSÃO ORDINÁRIA	4

Muito obrigado e parabéns pelas suas observações, colocações e emendas ao Orçamento que fortalecem essa política. Cabe ao governo ter interesse de ir ao encontro das necessidades da nossa população.

DEPUTADA LILIANE RORIZ – Agradeço o aparte do Deputado Wasny de Roure.

Mas o desfecho dessa história não é nada feliz. Vou terminar meu pronunciamento, e V.Exa. vai entender por que estou dizendo isso.

Em dezembro, antes de sairmos de recesso parlamentar, eu me certifiquei junto à Secretaria de Planejamento, com a Secretária Leany, que esses quase 2 milhões que seriam liberados para o SLU fossem empregados para construir os PEVs. Em ofício que encaminhei – tenho todos esses documentos – à Secretária Leany, ressaltai a importância desse dinheiro para que o SLU garantisse a construção de doze PEVs. Nessa ocasião, citei ainda, Deputado Chico Vigilante, o registro de inúmeros casos de doenças em nossa cidade, os quais, em dezembro, passavam de mais de 9 mil e já tinham causado 23 mortes.

Na época, foi garantido que esse dinheiro seria liberado para o SLU e faríamos então esses 12 PEVs, como realmente aconteceu, ainda no ano passado. Fiquei muito feliz, saí muito contente para o meu recesso. Quando voltei do recesso, eu queria saber da diretora do SLU onde seriam construídos os PEVs, para fazer com que a população se educasse com essa maneira de lidar com o seu lixo, com o seu entulho, com tantos lugares irregulares, onde colocar o seu lixo, e isso foi mostrado na mídia insistentemente pelas TVs.

Acontece, Deputado Chico Vigilante, Deputado Prof. Israel e Deputado Prof. Reginaldo Veras, que liberados os quase 2 milhões das emendas de minha autoria para o SLU para que se implantassem os doze PEVs, simplesmente não foram executadas essas obras. Eu fiquei muito chateada, lamentei muito, porque há uma importância na execução dessas emendas. Acho que todos os Deputados aqui tiveram a felicidade de terem suas emendas executadas, mas eu não tive a mesma sorte.

Não preciso falar agora e justificar a importância da construção desses PEVs. Na cidade, a gente sabe muito bem o que está acontecendo. O *Correio Braziliense* mostrou, nesta semana, uma página completa falando dos entulhos, a *Rede Globo* também. Enfim, essas doenças são causadas pelo mosquito e a cidade está com 240% a mais, hoje, do que no ano passado em quantidade de pessoas com essa doença.

Então, o que eu posso expressar aqui é a minha indignação com o SLU, é a minha tristeza por não ter acontecido a construção desses PEVs, em ver a cidade com mil pontos clandestinos de lixo e os casos de dengue, de zika e de chikungunya aumentando em 240%. Em nossa cidade, infelizmente, não aconteceu isso. O SLU jogou fora 2 milhões de reais que garantiam a construção desses doze PEVs.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
17 02 2016	15h25	6ª SESSÃO ORDINÁRIA	5

Meus colegas Deputados sabem que, muitas vezes, apresentar emendas cabe a nós, mas quem as executa é o governo. Enfim, nós temos que vencer todas essas batalhas de liberação. Então, quero deixar aqui a minha indignação.

A Secretária Leany sabia de tudo isso, todo mundo sabia, inclusive a Kátia – eu acho que ela quer ser candidata, então fico dizendo que ela é deputada, mas não é. Quero deixar aqui a minha indignação. O dinheiro foi liberado no dia 29 de dezembro do ano passado e ela tinha até o dia 15 de janeiro para tomar a frente disso e construir os PEVs. Eu vi aí uma falta de respeito muito grande com o Deputado e uma falta de respeito com a cidade. Afinal de contas, quem perde com isso é a população do Distrito Federal.

Muito obrigada a todos.

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE) – Muito obrigado a V.Exa.

Concedo a palavra ao Deputado Agaciel Maia, Líder da Maioria. (Pausa.)

Concedo a palavra à Deputada Telma Rufino, pelo Bloco Força do Trabalho. (Pausa.)

Concedo a palavra ao Deputado Roosevelt Vilela, do PSB. (Pausa.)

Faço o registro de homens e mulheres trabalhadores, basicamente servidores públicos, que estão na galeria. Vieram a esta Casa pedir socorro porque estão sendo vítimas de uma extorsão praticada pelo BRB, que teima em não cumprir a lei. As pessoas estão aqui, Deputado Rodrigo Delmasso, vieram a esta Casa porque a lei determina que qualquer banco só pode descontar 30%, no máximo, do salário, e o banco está descontando até 110%. Há gente que não está recebendo nada. Nós tivemos uma conversa lá em cima, eu e o Deputado Raimundo Ribeiro, e estamos buscando uma audiência com o presidente do banco. Existe uma modalidade de negociação que pode ser feita – foi feita na direção anterior do banco – e pode ser executada por esse presidente, desde que tenha sensibilidade social e não pense só no lucro.

(Assume a Presidência a Deputada Liliane Roriz.)

PRESIDENTE (DEPUTADA LILIANE RORIZ) – Concedo a palavra ao Deputado Rodrigo Delmasso, do Bloco Amor por Brasília.

DEPUTADO RODRIGO DELMASSO (Bloco Amor por Brasília. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, assessores, membros da imprensa aqui presentes, primeiramente eu gostaria de saudar os servidores do Distrito Federal que vivem, na realidade, essa lástima que está sendo feita pelo BRB. Ele está cobrando, Deputada Liliane Roriz, como diz o Deputado Chico Vigilante, mais de 100% daquilo que eles recebem. Quero anunciar aqui que essa medida do BRB é ilegal. Existe um acórdão do Supremo Tribunal Federal, Deputado Wasny de Roure, salvo engano publicado em dezembro de 2013, que proíbe qualquer instituição



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
17 02 2016	15h25	6ª SESSÃO ORDINÁRIA	6

financeira, a título de pagamento de empréstimos atrasados, de bloquear ou até mesmo de executar a dívida ou cobrá-la, no montante do que se refere a 100% do salário. Esse acórdão ainda determina um limite máximo: só podem ser executados ou cobrados 30% do valor do salário, do rendimento ou do vencimento do correntista do banco. Se ele for servidor público, o banco é proibido de fazer o débito acima desse percentual.

Então, o que o BRB está fazendo, por esse acórdão do Supremo Tribunal Federal, é ilegal e acaba prejudicando as famílias de centenas de servidores que muitas vezes recorrem ao banco. Ninguém pede empréstimo para jogar dinheiro no lixo. Recorre ao banco para socorrer uma situação emergencial.

E aqui, eu quero fazer minha saudação e prestar minha solidariedade, meu trabalho para com vocês, para que possamos resolver isso juntos no Distrito Federal.

Eu também quero usar a tribuna hoje para fazer um relato porque nós temos visto vários gestores, inclusive alguns secretários e ministros falando sobre a crise financeira que assola o DF. Essa crise financeira, Deputada Liliane Roriz, começou a entrar na casa dos trabalhadores e trabalhadoras do Distrito Federal. No ano passado, nós alcançamos a taxa de desemprego que chegou a 14% da população economicamente ativa do DF. O contingente de desempregados no DF chegou a 221 mil pessoas. Com relação aos atributos pessoais, verifica-se que o desemprego total é maior entre as mulheres, com 16%; negros, com 14% e jovens de 16 a 24 anos que chega a 31% da parcela de desempregados aqui no Distrito Federal.

Quando olhamos para esses números, nós nos perguntamos: O que fazer? Será que precisamos investir mais na iniciativa pública, ampliando, muitas vezes, as vagas? É uma saída, mas isso iria inchar o Estado. Entretanto, existem algumas ações que podem ser feitas. Na realidade, Deputado Wasny de Roure, Deputado Agaciel Maia, essas ações estão ali – vamos dizer assim – na boca do gol para serem executadas, o que iria trazer um fomento econômico para o DF. Infelizmente, essas ações estão paradas em algum lugar aqui nesta cidade, em alguma mesa.

Eu me lembro de que, em novembro de 2014, Deputado Chico Vigilante, o Governador do Distrito Federal assinou um protocolo de intenções com a Boeing, empresa multinacional, fabricante de aviões, para instalar no Distrito Federal uma central de manutenção na América Latina, aqui no Distrito Federal. Por quê? Para quem não sabe, o aeroporto de Brasília é um dos primeiros no *ranking* do tráfego aéreo do País. Nós só perdemos para o Rio de Janeiro e para São Paulo – para um aeroporto de São Paulo.

(Intervenção fora do microfone.)

DEPUTADO RODRIGO DELMASSO – Só para São Paulo? Justamente, só para São Paulo. Obrigado, Deputado Chico Vigilante.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
17 02 2016	15h25	6ª SESSÃO ORDINÁRIA	7

O que eu acho interessante é que a Boeing tinha interesse de instalar isso aqui, o que iria gerar milhares de empregos para os nossos jovens, iria trazer uma arrecadação para o Distrito Federal, que poderia ajudar muito o DF e, até hoje, Deputada Liliane Roriz, não andou. Na realidade, parece-me que já venceu o prazo do protocolo de intenções.

Eu fiz um requerimento de informações ao Governo do Distrito Federal para questionar e saber quais foram as providências tomadas, porque é inadmissível, Deputado Agaciel Maia, nós perdemos uma multinacional do tamanho da Boeing, não deixarmos essa multinacional vir para Brasília por causa da burocracia. É um absurdo!

DEPUTADO WASNY DE ROURE – Permite-me V.Exa. um aparte?

DEPUTADO RODRIGO DELMASSO – Ouço o aparte de V.Exa.

DEPUTADO WASNY DE ROURE (PT. Sem revisão do orador.) – Deputado Rodrigo Delmasso, V.Exa. está empolgado.

Eu tenho conversado com algumas empresas, umas delas é a Orona, uma empresa espanhola. Hoje, pelo que me consta, eles são o segundo fornecedor de elevadores no País e não conseguem implantar a sua indústria em Brasília. Diante disso, eles acabam desviando boa parte de seus equipamentos para os estados, mas o desejo deles era virem inicialmente para Brasília. Vieram para Brasília, querem implantar uma estrutura industrial de produção, mas não conseguem. Consequentemente, Brasília perde, inclusive, a possibilidade de patrocinar o fornecimento de elevadores para outras unidades da Federação, porque quando é importado, já é dirigido para os outros estados. Essa é a política fiscal que existe no Distrito Federal. A Orona é uma empresa multinacional, está em Brasília. Essa empresa já está em Brasília, já funciona, porque Brasília é um dos maiores usuários de elevadores do País. E aí quiseram – e querem – implantar uma empresa dessa natureza, com um processo produtivo, e não conseguem porque as portas do setor público estão fechadas.

DEPUTADO RODRIGO DELMASSO – Agradeço o aparte do Deputado Wasny de Roure.

Deputado Wasny de Roure, complementando, o que eu acho interessante é que, na reforma administrativa, foi extinta a Secretaria de Estado de Ciência, Tecnologia e Inovação, que era uma das secretarias que estavam tocando esse projeto. E digo mais: a Anac, no ano passado, fechou um centro de treinamento de pilotos, Deputado Agaciel Maia, no Rio de Janeiro, para abrir no Distrito Federal, e me parece que até hoje a Anac não conseguiu as licenças necessárias, Deputada Liliane Roriz, para abrir esse centro de treinamento aqui no Distrito Federal. Inclusive, a Anac foi duramente criticada pelo Parlamento carioca, pelos Deputados Estaduais do Rio de Janeiro, por ter fechado esse centro de treinamento, por estar tirando emprego do povo carioca. Brasília recebeu esse presente, que é ter um



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
17 02 2016	15h25	6ª SESSÃO ORDINÁRIA	8

centro de treinamento de pilotos na Capital da República, mas até hoje não conseguiu instalá-lo.

Eu venho aqui, mais uma vez, confirmar, Deputado Chico Vigilante, Deputado Rafael Prudente, Deputado Juarezão, os discursos que eu fiz anteriormente de que existem – e existiam – saídas mais rápidas para que a economia do Distrito Federal desse o exemplo para o País.

O que eu acho interessante é que nós podemos perder a instalação desse centro de treinamento, desse centro de manutenção da Boeing para o Estado de Goiás ou para o Estado de São Paulo por causa da morosidade, por causa da burocracia.

DEPUTADO AGACIEL MAIA – Permite-me V.Exa. um aparte?

DEPUTADO RODRIGO DELMASSO – Ouço o aparte de V.Exa.

DEPUTADO AGACIEL MAIA (PTC. Sem revisão do orador.) – Deputado Rodrigo Delmasso, eu quero parabenizar V.Exa. pelo seu pronunciamento hoje à tarde, pois o fez com muita propriedade. Nós temos fatos históricos, Deputado, que corroboram tudo o que V.Exa. está falando. Nós montamos o ITA – Instituto Tecnológico da Aeronáutica para fazer avião, quando, na realidade, nós não fazíamos nem carro.

Quando eu estava no Senado, recebi o Presidente do Senado da Argentina. O Vice-Presidente da Argentina é o Presidente do Senado. Isso vigorou no Brasil até João Goulart. Normalmente, o Vice-Presidente da República era o Presidente do Senado. Floriano Peixoto, quando foi o Vice de Marechal, era Presidente do Senado. Na Argentina, é assim até hoje: o Vice-Presidente da República da Argentina é o Presidente do Senado. Eu o recebi para falar sobre o projeto Interlegis, que era uma rede de computação ligando todos os legislativos. Na ocasião, ele me pediu algumas explicações sobre o problema da Embraer.

Hoje nós investimos na tecnologia, criamos uma universidade para fazer avião, quando, na realidade, nem carro nós fazíamos. O fusca veio em 1958, sete anos, praticamente, depois. Isso para vermos a importância que tinha o treinamento, o investimento em tecnologia e treinamento, tanto é que hoje nós não temos nenhuma fábrica de automóveis genuinamente brasileira, mas temos uma fábrica de aviões que compete com todos os países do mundo em condições de igualdade, que é a Embraer. Por quê? Porque nós investimos em treinamento e tecnologia, por isso que nós começamos a ensinar a fazer avião mesmo antes de ensinar a fazer automóvel. O sucesso da Embraer se deve a isso.

O que nós assistimos constantemente é a um atrofiamento do incentivo à pesquisa e à tecnologia. Nós temos visto muitos países afundarem justamente por ficarem dependentes de outros países – em alguns, até creme dental tem que vir de outros países.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
17 02 2016	15h25	6ª SESSÃO ORDINÁRIA	9

O Distrito Federal tem todas as variáveis para ser uma grande economia. Nós já temos a maior renda *per capita* do Brasil. Nós temos hoje, com os 22 municípios da grande Brasília ou do Entorno, como alguns chamam, 4 milhões de habitantes. Só o Orçamento do Governo do Distrito Federal injetou, neste ano, 10% a mais do que o Orçamento do ano passado, 40 bilhões de reais, na economia. No entanto, todas as iniciativas que foram feitas para inovar, como o Parque Tecnológico, nós temos uma extrema dificuldade de desenvolver. Nós temos muita fertilidade, principalmente para criar tributos, para poder prejudicar a, b ou c. Nós estamos sempre olhando para o umbigo, nós não estamos olhando para frente. Eu e o Professor Wasny, nos muitos debates que nós fazemos na Comissão de Economia, Orçamento e Finanças, chamamos atenção para isso. Nós precisamos dar incentivo para que empresas de tecnologia, empresas que geram emprego venham para Brasília, porque, apesar de termos a maior renda *per capita*, nós somos a segunda maior capital em desigualdade social, só estamos perdendo para São Luís. Então, nós precisamos virar esse jogo, e só se vira esse jogo com investimento em tecnologia e incentivo para que empresas venham se instalar aqui no Distrito Federal, para que possam gerar emprego e renda, não só para quem está desempregado hoje – nós temos quase 270 mil desempregados em Brasília –, como também gerar emprego futuro para os nossos filhos.

Portanto, V.Exa. está de parabéns por fazer a abordagem deste tema hoje à tarde.

DEPUTADO RODRIGO DELMASSO – Obrigado, Deputado Agaciel Maia.

Para encerrar o meu pronunciamento, o que me deixa indignado é porque veio uma empresa, uma multinacional, Deputado Prof. Reginaldo Veras, como a Boeing, com interesse de implantar um centro de pesquisa, de implantar um centro de manutenção aqui no Distrito Federal, com o qual nós iríamos produzir milhares de empregos diretos e indiretos... E, quando nós pegamos os números, nós vemos que 31% dos desempregados são jovens, que são diretamente ligados à tecnologia. Eu vejo o seguinte: nós não podemos, Deputada Liliane Roriz, aceitar que a burocracia nos vença. Nós não podemos aceitar que a pequenez da burocracia, que serve para proteger o Estado, a boa burocracia, venha vencer o desenvolvimento do DF. Quando eu vejo um centro de formação de pilotos da Anac e uma multinacional como essa querendo vir para o Distrito Federal, significa que Brasília tem sua importância. Nós – eu falo nós porque nós temos responsabilidade nisso, porque o Parlamento tem que cobrar do Poder Executivo – não podemos deixar que essas empresas percam o interesse.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE – Permite-me V.Exa. um aparte?

DEPUTADO RODRIGO DELMASSO – Ouço o aparte de V.Exa.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE (PT. Sem revisão do orador.) – Deputado Rodrigo Delmasso, o pronunciamento de V.Exa. é da mais alta importância. É



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
17 02 2016	15h25	6ª SESSÃO ORDINÁRIA	10

importante também pontuar que o aeroporto de Brasília hoje só é o segundo do Brasil em volume de trânsito de passageiros em função de uma medida acertada que nós tomamos, muito combatida aqui nesta Casa na época, que foi ter diminuído o preço do ICMS do querosene de aviação. Eu e o Deputado Agaciel Maia fomos baluartes nessa luta pela aprovação.

V.Exa. está trazendo esse dado da instalação da Boeing que não aconteceu até hoje, mas há uma situação muito grave também, Deputado Rodrigo Delmasso. O governo anterior, do Agnelo Queiroz, tinha feito convênios com o Bird, e ficaram em caixa 50 milhões de dólares para as áreas de desenvolvimento econômico do Distrito Federal, para a infraestrutura dessas áreas de desenvolvimento econômico. Cinquenta milhões de dólares! E não se tem notícia até hoje de nenhuma obra resultante desse recurso. Há mais de um ano que não se gasta nenhum centavo desse dinheiro, e nós precisando gerar emprego em Brasília.

DEPUTADO RODRIGO DELMASSO – É verdade, Deputado.

Tudo bem que Brasília nasceu com o objetivo de ser uma capital administrativa, mas, hoje, nós não aguentamos mais isso. Brasília precisa sim encontrar a sua vocação. Eu acredito que, por Brasília ser uma cidade jovem, por Brasília ser uma cidade nova, por Brasília ser uma cidade de pessoas visionárias, a área de tecnologia da informação precisa encontrar guarita na Capital da República para se desenvolver.

Para encerrar de fato, quero citar que o Exército brasileiro quer implantar no Distrito Federal... Quer, na realidade, ampliar no Distrito Federal o seu centro de inteligência. Aí, eu me faço uma pergunta: será que nós vamos ter as mesmas dificuldades que a Boeing e a Anac estão encontrando? Nós precisamos ser mais ousados. Eu me faço essa pergunta, Deputado Rafael Prudente, porque essas empresas, quando encontram a Capital da República, enchem-se de esperança. Quando não implantam, outro governador mais esperto leva-as para a sua cidade e lhes oferece tudo, oferece terreno, oferece incentivo, oferece emprego. Aí, o outro estado cresce, e a Capital da República infelizmente continua rodando a mesma roda.

Muito obrigado.

PRESIDENTE (DEPUTADA LILIANE RORIZ) – Concedo a palavra ao Deputado Wasny de Roure.

DEPUTADO WASNY DE ROURE (PT. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Sra. Presidente, Deputada Liliane Roriz, caros colegas, lideranças da sociedade aqui presentes nesta tarde, imprensa presente, eu quero trazer aqui um resultado de um debate extremamente auspicioso para o Poder Legislativo do Distrito Federal como também para os poderes legislativos estaduais.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
17 02 2016	15h25	6ª SESSÃO ORDINÁRIA	11

Ontem à noite, eu recebi uma ligação do Presidente da Unale, que me convocou para substituí-lo no acompanhamento da votação na Comissão de Constituição e Justiça do Senado no dia de hoje. Ele é relator da PEC 47, a PEC que modifica o art. 22, o art.24 e o art. 60 da nossa Constituição Federal. Essa PEC foi apresentada pela União Nacional dos Legisladores. Inclusive, em outubro de 2015, se não me falha a memória, no dia 14 de outubro de 2015, a nossa Presidenta, a Deputada Celina Leão, bem como o Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo, estiveram presentes no Congresso Nacional, especificamente no Senado, em uma audiência pública para tratar dessa emenda à Constituição Federal.

O que ocorre com essa emenda? O art. 22 da Constituição Federal trata das prerrogativas exclusivas da União. O art. 24 trata das matérias concorrentes. O Relator da matéria na Comissão de Constituição e Justiça, o nobre Senador Antônio Anastasia, que eu tive a oportunidade de cumprimentar pelo seu parecer – bem como o Presidente da Comissão, o Senador José Maranhão –, foi acompanhado por vários senadores nessa votação. Eu quero chamar a atenção dos colegas Deputados e servidores desta Casa para que compreendam a matéria. Permitam-me utilizar as próprias palavras do Senador Anastasia: "... devolver a dignidade à Federação brasileira, atribuindo competência legislativa para as assembleias legislativas de nossos estados no Brasil". Ainda diz na argumentação do Senador: "... as competências privativas, que estão elencadas no art. 22 e que pertencem à União Federal, e as competências que são concorrentes, que estão no art. 24 – isso é importante, Deputada Luzia de Paula – e que pertencem aos três níveis da Federação, lembrando que cabe à União legislar sobre normas gerais e aos estados e municípios – no caso, o Distrito Federal está incluído no conceito de ambos –, as normas suplementares".

Ora, nesse sentido, a Unale se adianta a um debate com a sociedade, no Congresso Nacional, e, para surpresa nossa, caros colegas Deputados, a recepção, Deputado Prof. Reginaldo Veras, foi por unanimidade. Inclusive, a senadora pelo Partido dos Trabalhadores do Estado do Paraná elogiou efusivamente, no dia de hoje, o relatório apresentado pelo Senador Anastasia sobre essa matéria. Eu, que estou já no meu sexto mandato, hoje pela manhã, conversei com o Deputado Sandro, presidente da nossa organização e Deputado estadual pelo Espírito Santo. S.Exa. está em viagem ao México e foi extremamente feliz em ter abraçado isso como uma das principais bandeiras da sua gestão. Quero destacar aqui que essa emenda é de 2012. Portanto, temos que nos lembrar do trabalho feito pelos colegas anteriores, que foi absolutamente preciso. Aí, Deputada Liliane Roriz, não quero me estender muito, mas quero adentrar ainda no que diz respeito a essa migração, que áreas aborda essa emenda à Constituição Federal.

O substitutivo apresentado pelo Senador Anastasia está nos seguintes termos:



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
17 02 2016	15h25	6ª SESSÃO ORDINÁRIA	12

Art. 22, I – Direito Civil, Comercial, Penal, Eleitoral, Marítimo, Aeronáutico, Espacial e do Trabalho.” Isso ficou da União.

“Art. 2º Ficam revogados os incisos XI, XXI, XXIV e XXVII do art. 22 da Constituição Federal.

Art. 3º. O art. 24 da Constituição Federal passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 24:

XI – Direito Processual;

XII – previdência social, assistência social, proteção e defesa da saúde;

XVII – organização, efetivos, material bélico, garantias, convocação e mobilização das polícias militares e corpos de bombeiros militares;

XVIII – licitação e contratação, em todas as modalidades, para a administração pública direta, autárquica e fundacional, obedecido o disposto no art. 37, XXI, e para as empresas públicas e sociedade de economia mista, nos termos do art. 173, § 1º, III;

XIX – trânsito e transporte;

XX – direito agrário.”

Colegas Deputados, matérias concorrentes passam a ser tratadas pela União, no âmbito genérico, mas os estados e municípios passarão a tratar com a especificidade que cada uma das matérias vai exigir.

Quero cumprimentar aqui a Deputada Celina Leão, que esteve no debate, na audiência geral. Hoje, Deputada Celina Leão, foi aprovado por unanimidade. Eu não acredito que o Plenário do Senado venha recusar, pela envergadura, pela magnitude de fortalecimento do sistema federativo.

Quero concluir, Deputado Agaciel Maia, dizendo que as nossas casas parlamentares vêm amadurecendo, a despeito, Deputada Celina Leão, hoje à frente desta Casa, do que tem sido veementemente criticado, quando dever-se-ia, sim, criticar o que é errado e quem faz errado – os dois.

Agora, quando os legislativos estaduais e municipais passarão a ter um espaço maior para legislar, para debater, o que nós observamos? Um silêncio absoluto por parte da mídia.

Quero fazer um apelo à mídia do Distrito Federal: respeitem a nossa população. Divulguem aquilo que está em processo de deliberação, os avanços que representam. E isso não se faz da noite para o dia, se não houver absoluto respeito pelo processo de amadurecimento do Legislativo.

DEPUTADA CELINA LEÃO – Permite-me V.Exa. um aparte?



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
17 02 2016	15h25	6ª SESSÃO ORDINÁRIA	13

DEPUTADO WASNY DE ROURE – Ouço o aparte de V.Exa.

DEPUTADA CELINA LEÃO (PDT. Sem revisão da oradora.) – Deputado Wasny de Roure, eu queria chamar a atenção de todos os Parlamentares que estão aqui sobre esse tema. A PEC que foi aprovada hoje no Senado dá mais autonomia para o Parlamento local. Ela vai dar condição para que realmente possamos legislar sobre as dificuldades das cidades. O que acontece, Deputado Wasny de Roure? Hoje temos o ônus da cobrança da população, mas não temos o bônus de poder fazer as leis para resolver o problema da comunidade. Isso começou há algum tempo, mas, no ano passado, fizemos uma reunião com todo o colégio de Presidentes. O Deputado Wasny de Roure é um membro efetivo da Unale e nunca se afastou dessa movimentação. Muitos Deputados daqui foram lá. Recebemos, nesta Casa, mais de duzentos Parlamentares do Brasil inteiro, que pediram a aprovação dessa PEC, que hoje é uma vitória para o Parlamento local. O Deputado Wasny de Roure já teve oportunidade de visitar os Estados Unidos nessas viagens oficiais. Eu estive agora fazendo uma visita a parlamentos locais. Um Deputado estadual nos Estados Unidos tem muito poder. Por que ele tem poder? Porque ele consegue resolver a vida das pessoas definitivamente. Se é para legislar sobre legislação penal, ele tem condições de fazer. Se tem que apertar a lei quando ela precisa ser mais rígida... Então, acho que essa autonomia vem ao encontro do que essa população anseia: um Parlamento mais firme, mais fiscalizador, com mais autonomia para propor as leis que vão mudar a vida das pessoas.

Eu quero parabenizá-lo, Deputado Wasny de Roure. V.Exa. esteve presente lá, representando esta instituição à altura. Esteve junto com o Deputado Sandro Locutor. Está sempre muito presente, e isso é uma vitória para todos nós.

Muito obrigada.

DEPUTADO WASNY DE ROURE – Eu encerro, Deputada Liliane Roriz, dizendo que tive oportunidade de agradecer ao Deputado José Maranhão, Presidente da CCJ, bem como ao Vice-Presidente, Senador José Pimentel, amigo particular, e à Senadora Gleisi Hoffmann, do Paraná, que fez um discurso elogiando o trabalho do Relator.

Eu gostaria, posteriormente, de apresentar uma moção de cumprimentos ao Senador Antonio Anastasia, que não é do meu partido, mas que eu respeito pela qualidade do trabalho que produziu.

Também conversei com outros colegas – Senadora Ana Amélia, do Rio Grande do Sul; Senador Jader Barbalho, do Pará; Senador Benedito e Senador José Aníbal, do PSDB de São Paulo – e creio que a Unale, com certeza, se reafirmará diante do cenário de todas as assembleias legislativas e câmaras municipais, tornando-se uma instituição de grande peso na vida pública brasileira. Acredito nesse trabalho que vários colegas vêm fazendo e parabenizo a nossa Presidenta, que



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
17 02 2016	15h25	6ª SESSÃO ORDINÁRIA	14

esteve presente quando ocorreu a audiência pública. Inclusive, Deputada Liliane Roriz, eu me omitei e quero pedir desculpas.

Deputada Celina Leão, no relatório apresentado pelo Senador Antonio Anastasia, ele menciona não apenas o nome de V.Exa., mas também a emenda da Câmara Legislativa acerca da matéria. Então, isso mostra o estado de vanguarda que esta Casa hoje vivencia nesta matéria.

Muito obrigado.

DEPUTADA LUZIA DE PAULA – Sra. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADA LILIANE RORIZ) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADA LUZIA DE PAULA (Rede Sustentabilidade. Sem revisão da oradora.) – Quero aqui, em primeiro lugar, parabenizar o Deputado Wasny de Roure pelas informações, pela fala que traz a este Plenário.

Quero também registrar aqui a presença da professora Gisèle Santoro, uma das maiores representantes da cultura do Distrito Federal. Quero aqui agradecê-la por estar aqui neste momento, neste plenário, para solidarizar-se com essa humilde Deputada. Obrigada, professora Gisèle.

(Assume a Presidência o Deputado Bispo Renato Andrade.)

PRESIDENTE (DEPUTADO BISPO RENATO ANDRADE) – Venho fazer um comunicado.

Eu estou chegando agora do Tribunal de Contas do Distrito Federal. Em virtude de uma matéria veiculada ontem à noite pelo *DFTV*, protocolei no Tribunal de Contas, em audiência com o Conselheiro Renato Rainha, o pedido de uma auditoria a uma emenda, que seria de minha autoria, abordada ontem na reportagem. Caso seja, eu quero as explicações necessárias daquilo que aconteceu sem que houvesse a minha autorização para que ela fosse executada. Então, pedi isso. Irei também aos outros órgãos de controle do Distrito Federal para que isso aconteça. Eu acho que o nome de Deputado algum desta Casa – nem o meu, nem o da Deputada Luzia de Paula – pode ser colocado na lama sem que haja esclarecimento. Protocolei o pedido ainda há pouco no Tribunal de Contas e farei isso nos outros órgãos de controle.

Quero que a verdade venha à tona. Se, porventura, a emenda é minha, eu quero explicações. Como é que se pagam 300 mil de cachê? E quem pagou o palco, o som, a iluminação, a segurança? Quem pagou as outras coisas? Será que se pagou o cachê para cantores para repartir e pagar outras coisas? Alguém cometeu um crime. Se fui eu, que eu pague; mas, se foram outras pessoas que deveriam cuidar para que essas emendas fossem executadas dentro da legalidade, que não se impute isso aos Deputados. Se alguém cometeu esse crime, que pague por ele. Vou até o fim para que esse esclarecimento, que é necessário, venha à tona, porque eu não



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
17 02 2016	15h25	6ª SESSÃO ORDINÁRIA	15

admito que o meu nome seja colocado em uma coisa em que eu não tenho participação alguma. Se foi feito, foi sem minha autorização.

Concedo a palavra ao Deputado Agaciel Maia.

DEPUTADO AGACIEL MAIA (Bloco da Maioria. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Boa tarde, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

Deputado Wasny de Roure, nós completamos vinte anos da criação da *TV Senado* no mês passado. Fomos pioneiros na criação da 1ª *TV Legislativa* da América Latina, copiando mais ou menos o modelo da C-Span do Congresso americano.

Recebemos muitas críticas. Editoriais de jornais diziam que era um desperdício de dinheiro, mas, mesmo assim, enfrentamos isso. A Câmara dos Deputados inicialmente foi resistente. Recebemos críticas de todos os lados, mas a *TV Senado* começou a caminhar. A Câmara, por imposição dos Deputados, teve que criar a *TV Câmara*. O Supremo criou a sua *TV* também, e hoje são mais de oitenta *TV's legislativas* no Brasil todo, criando emprego para repórter fotográfico, repórter cinematográfico, iluminador, cinegrafista, jornalistas. Hoje nós temos uma estrutura própria tanto no Senado, como na Câmara, temos *TV Justiça*, como na maioria das assembleias legislativas do Brasil. Inclusive, cidades com menos de 100 mil habitantes já têm a sua *TV Legislativa*. É um instrumento, dentro desse contexto de valorização, de avaliação da população sobre o trabalho de cada um de nós. A televisão, ao transmitir as reuniões das comissões técnicas, as votações e os discursos de plenário, permite que a população possa avaliar o seu Deputado. Se ele foi trabalhador, se ele foi eficaz, ele pode ser reconduzido ao cargo de Deputado, ele pode ser promovido. Ou a população, na eleição, pode mandá-lo para casa. Mas é um instrumento, hoje, fundamental, porque, na maioria dos nossos pronunciamentos e votações feitas aqui, nós falamos praticamente para os assessores dos demais Deputados, como também para os jornalistas. Nós acabaríamos, Deputado Rodrigo Delmasso, com a versão dos fatos. A Deputada Luzia de Paula está sofrendo porque, na hora em que estava o pessoal da cultura aqui, a sessão não estava acontecendo. Não foi dentro da sessão. A sessão estava suspensa. Quando ela cumprimentou o pessoal que estava tocando forró aí em cima, a sessão não estava existindo, mas, se nós tivéssemos a nossa televisão, acabaríamos com a versão dos fatos porque todos os editores teriam, dentro da sua editoria, em tempo real, o que realmente estivesse acontecendo dentro da Câmara Legislativa.

Nós sabemos que há alguns entraves burocráticos e há o esforço dos presidentes desta Casa de colocar essa *TV* no ar. Aproveitando esse ensejo da aprovação dessa PEC que valoriza os legislativos, e aproveitando que a Deputada Celina Leão tem demonstrado ser uma excelente Presidente, eficiente, e tem defendido os interesses desta Casa, vamos dar um jeito de colocar a nossa *TV Legislativa* no ar. Vamos transmitir todos os trabalhos dessas comissões. Vamos fazer um jornal com o resumo das atividades nossas de manhã e à noite. Porque a



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
17 02 2016	15h25	6ª SESSÃO ORDINÁRIA	16

maioria da população de Brasília não tem conhecimento do que nós fazemos aqui, e as informações que chegam, as informações que são divulgadas são geralmente as informações negativas. Nós temos que fazer um esforço para fazer a divulgação.

A Deputada Celina Leão tem feito muito bem, através da mídia, ao mostrar exatamente o que estamos produzindo. Mas é pouco, porque a mentalidade, a cultura da importância que tem esse Legislativo só vai acontecer quando forem massificadas as informações, quando as pessoas criarem o hábito de assistir à *TV Legislativa*. Ao assistir uma, duas, três vezes, cria-se o hábito de assistir à *TV*.

Foi assim na primeira *TV* da América Latina, que foi a *TV Senado*, Deputado Wasny de Roure. Todo início era a crítica em cima do gasto com a *TV Senado*. Depois a *TV Senado* se consolidou, o Senador Pedro Simon apresentou um projeto, na época do então Ministro das Comunicações, Deputado Miro Teixeira, para que o BNDES fornecesse a todos os municípios – 5.564 municípios – uma antena parabólica. Assim, as cidades pequenas transmitiriam a *TV Senado* e, dentro daquele espaço da *TV Senado*, elas criariam uma espécie de DFTV, só para darem, meia hora de manhã e meia hora à noite, as notícias da Câmara de Vereadores daquelas cidades. Foi aprovado, Deputado Prof. Reginaldo Veras, mas aí os grandes grupos de comunicação que antes criticavam – a preocupação era com os gastos da *TV Legislativa* – foram lá porque já estavam preocupados com a audiência, porque sabiam que, a partir do momento em que cada município abrisse um espaço de meia hora de manhã e meia hora de tarde para dar notícia de seus vereadores, do seu município, roubariam audiência! E pressionaram! E o Deputado Miro Teixeira foi lá e revogou o decreto que permitia.

Então, o fortalecimento do nosso Legislativo, seja municipal, seja estadual, se dará por meio da maior quantidade de informação que a população tenha sobre o que nós fazemos aqui. Era tão grande o nível de desconhecimento, que nós fizemos o senso legislativo, antes, e depois, de dez anos da *TV Senado*, e a maioria da população achava que o Senado, que foi criado em 23 de maio de 1826 – data da primeira sessão em que ele funcionou –, tinha sido criado com a Constituinte de 1988.

Nos Estados Unidos, onde os 49 estados, com exceção do Estado de Nebraska, que só tem Senado, são bicamerais, ou seja, têm Câmara e têm Senado nos estados – e olha que os governadores aqui reclamam mesmo tendo só um Legislativo, uma Câmara Legislativa, com 24 Deputados, imaginem se tivessem de enfrentar uma Câmara e um Senado –, onde o Legislativo de todos os estados são bicamerais, todos eles transmitem para a população tudo o que acontece lá dentro.

Então, nesse contexto de valorização do Poder Legislativo, é muito importante o instrumento de informação e de avaliação que a população tenha para realizar o acompanhamento dos Deputados.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
17 02 2016	15h25	6ª SESSÃO ORDINÁRIA	17

Deputada Celina Leão, no Senado – e V.Exa. criou, aqui, agora, o 0800 –, até o vestuário... Um dia, o Senador Amir Lando botou uma camisa laranja, com uma gravata vermelha, e um sujeito ligou para o 0800 e disse: “Esse Senador aí... Que roupa é essa? Ele é palhaço de circo para estar com uma camisa amarela e uma gravata vermelha?”

O problema de frequência: não precisa a gente escrever duas fichas, uma na garagem e outra aqui, porque, na hora em que abrir a sessão, a população vai ver quem está presente e quem não está. O próprio Parlamentar – porque é da natureza humana – vai se preocupar em estar no plenário, porque, senão, a população de Brasília vai ver: “Olha: o Deputado fulano de tal não estava no dia, o Deputado fulano de tal não estava no outro dia”. E o 0800 que V.Exa. criou, com inteligência, Deputada Celina Leão, vai exatamente passar a todos os Deputados as avaliações que eles estão tendo da população. Por isso, eu quero fazer esse pronunciamento hoje, exatamente dentro desse contexto.

Deputada Celina Leão, V.Exa. foi uma guerreira, tanto que o Senador, a exemplo do Deputado Wasny de Roure, também fez citação à valorização, mas nós precisamos criar esse instrumento para que a população avalie o trabalho de cada um de nós.

DEPUTADO RODRIGO DELMASSO – Permite-me V.Exa. um aparte?

DEPUTADO AGACIEL MAIA – Ouço o aparte de V.Exa.

DEPUTADO RODRIGO DELMASSO (PTN. Sem revisão do orador.) – Deputado Agaciel Maia, prontamente V.Exa. traz grandeza a este Parlamento, porque V.Exa. tem razão quanto à noção de que é necessário se implantar a *TV Legislativa* do Distrito Federal para que a população do DF saiba o que nós estamos debatemos, inclusive as ideias que são colocadas aqui no Parlamento.

E eu sou testemunha de que a Deputada Celina Leão tem envidado esforços para implantar isso. Semana passada, inclusive, os três principais secretários do Ministério das Comunicações estiveram nesta Casa para justamente tratar da concessão do *Canal Educativo*, tanto para a rádio da Câmara Legislativa do Distrito Federal – porque ela tem direito a isso pela Lei de Radiodifusão do Brasil – como também para a *TV*. Ou seja, tornando, sim, um canal aberto. Não só um canal fechado, mas um canal com acesso aberto a todos, para que saibam que, a partir deste ano, vai haver a mudança de analógico para digital, e nisso, todos aqueles que estavam em alguns canais fechados vão se tornar canais abertos.

O próprio Ministério das Comunicações veio aqui e se colocou à disposição. Já começaram esses trabalhos para que, em breve, a Câmara Legislativa não só tenha um canal de *TV*, mas para que também venha a ter um canal com uma frequência de rádio FM, porque o projeto do Governo do Distrito Federal – muito bem elaborado, diga-se de passagem, pelo Ministro das Comunicações – é acabar com as frequências AM e transferir todo mundo para a frequência modulada, ou seja,



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
17 02 2016	15h25	6ª SESSÃO ORDINÁRIA	18

para a FM, a fim de que a rádio também saia da área analógica e venha a se tornar digital.

Eu acredito que esta Casa mereça não só um canal de TV. Na minha avaliação, esta Casa tem direito a dois canais, por ser uma casa híbrida, que representa estado e município, e também a dois canais de rádio. Então, o encaminhamento que foi dado – e aqui eu parablenizo V.Exa. pela fala – é para que, além da TV, a Câmara Legislativa tenha também uma rádio para que todos possam nos escutar.

Obrigado, Deputado.

DEPUTADO AGACIEL MAIA – Agradeço e incorporo o pronunciamento de V.Exa. ao meu discurso e concedo a palavra à nobre Presidente da Casa, Deputada Celina Leão.

DEPUTADA CELINA LEÃO (PDT. Sem revisão da oradora.) – Tivemos a oportunidade ontem de ter a primeira reunião do Colégio de Líderes com a minha presença.

É importante prestarmos contas, Deputado Agaciel Maia, do que está sendo feito nessa área. Eu acho que V.Exa. tem razão em tudo, em gênero, número e grau, sobre a dificuldade de a população ter acesso ao que está acontecendo, recebendo informação consolidada, muitas vezes inverídica, passando outra impressão do que realmente aconteceu – como foi no caso, ontem, da nossa querida Deputada Luzia de Paula, que todos nós aparteamos –, que foi distorcido. Se já tivéssemos a TV Legislativa, com certeza, as pessoas teriam visto o que aconteceu, a maldade que foi tentada, a desconstrução.

O que eu queria dar de informação para este Plenário e para toda a sociedade é que nós fizemos várias reuniões, no ano passado, junto com o Ministério das Comunicações. Assinamos um termo de compromisso, já no final do ano, e já consolidamos essa assinatura no começo deste ano. Isso já passou pela Procuradoria da Casa, pois se tratava de um convênio. Com a mudança, Brasília será a primeira capital que será 100% digital, o piloto será Brasília. Nós teremos nosso canal, o segundo canal após a Câmara dos Deputados. Nós estamos fazendo mais, Deputado Agaciel Maia, porque, no ano passado, nós estávamos com uma licitação pronta para a TV fechada, que é o canal 9. Nós estamos avançando para a TV aberta. Nós não estamos falando da TV que estava programada no ano passado ou em 2014. Nós estávamos fazendo licitação para a TV Distrital, que era o canal 9 na TV fechada. Esse canal, inclusive, está sendo transmitindo ao vivo, agora. As pessoas que estão em casa estão vendo essa transmissão. Desde que assumimos a gestão, temos tido o cuidado de passar... No canal fechado, as pessoas já podem assistir pelo menos ao Plenário. Agora, a nossa luta foi para conquistar o canal aberto. Nós assinamos já o convênio. O que nós não temos hoje é a produção... Nós não temos mão de obra para a produção física disso. A nossa comunicação é resumida. Nós não temos nem



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
17 02 2016	15h25	6ª SESSÃO ORDINÁRIA	19

maquinário para isto: para uma produção de televisão, de um canal. É isso que nós estamos terminando de resolver. Nós tivemos problemas na parte aqui de estrutura, na questão da licitação. Nós não tivemos condição de firmar a licitação porque a Procuradoria da Casa deu um parecer contrário à assinatura da licitação que havia sido feita. Nós estamos em tratativas, paralelamente, Deputado Agaciel Maia, com a Universidade de Brasília – UnB, que é uma entidade educativa. A proposta inicial foi um terço, inclusive, da proposta que havia sido feita na licitação, o que demonstra que vamos conseguir fazer com um valor bem mais barato. O que estamos precisando terminar de resolver são os ajustes técnicos, junto com a UnB. Estamos discutindo com a UnB. Será, inclusive, um canal de extensão para estudantes da área de Comunicação, de Ciência Política. Nós vamos fazer intercâmbio também.

A notícia que eu tenho para dar também é que nós entramos com um pedido oficial da *Rádio da Câmara Legislativa*, o que deve sair em agosto, já também no momento em que haverá a transferência de todas as rádios AM para FM. Nós estamos trabalhando muito nesse sentido.

Eu acho que V.Exa. tem toda razão, no sentido de as pessoas poderem acompanhar o trabalho na *TV aberta*, que é a nossa luta. E nós já conseguimos: o canal nós já temos. Se hoje tivéssemos a condição da produção, já teríamos a transmissão. O que nós não temos ainda é a produção, e devemos finalizar isso com a UnB. Até o final do mês, devemos assinar esse contrato com a Universidade de Brasília.

Com certeza, os Parlamentares trabalham muito, temos muitas atividades aqui dentro da Câmara. Vamos dar à população do Distrito Federal o direito de acompanhar o Plenário.

Esperamos também que a rádio seja um grande instrumento da Câmara Legislativa. A gente sabe o alcance que hoje têm as rádios, principalmente uma rádio como a *Rádio Senado*.

Quero agradecer a lembrança de V.Exa. sobre o 0800. Nós criamos o 0800, que é um canal de integração da Câmara Legislativa com a sociedade. Ele passou pela Mesa Diretora – a quem agradeço –, que tem acompanhado o ritmo intenso do trabalho empregado na Casa. Esse canal de comunicação, o 0800, tem de ser integrado com a televisão. Concordo com V.Exa. nisso. Creio que vamos dar uma resposta mais rápida. A nossa expectativa é que finalizemos isso com rapidez para atender a demanda da sociedade, que quer acompanhar o Poder Legislativo.

Agradeço V.Exa. pelo aparte.

DEPUTADO AGACIEL MAIA – Incorporo ao meu discurso o aparte de V.Exa. Acredito e confio em V.Exa. e na atual Mesa Diretora.

Quero fazer uma sugestão à Mesa desta Casa, Deputada Celina Leão. Já que foi criado o 0800, que criem o Data Câmara, que seria, por meio do 0800, um



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
17 02 2016	15h25	6ª SESSÃO ORDINÁRIA	20

instrumento para realizar pesquisas sobre projetos. A partir do 0800, a Câmara Legislativa poderia, por meio de metodologia específica de pesquisa, pelo telefone, consultar a população sobre assuntos como o Uber, a Luos e outros assuntos polêmicos para sabermos o que a população pensa. Por nós, não pelos outros! Essas informações serviriam para os Parlamentares se orientarem nas votações, principalmente nos projetos mais polêmicos.

DEPUTADO JULIO CESAR – Permite-me V.Exa. um aparte?

DEPUTADO AGACIEL MAIA – Ouço o aparte de V.Exa.

DEPUTADO JULIO CESAR (PRB. Sem revisão do orador.) – Deputado Agaciel Maia, eu também quero parabenizá-lo pelo discurso. Acho que realmente precisamos implantar a *TV Legislativa* nesta Casa o mais rápido possível. Nesta gestão vimos a própria Procuradoria se manifestar com relação à não execução da licitação passada. E a Presidência e a Mesa Diretora estão tentando um novo caminho para realizarmos isso. É de suma importância a Mesa Diretora – está aqui o Deputado Bispo Renato Andrade, que faz parte dela – dar celeridade ao processo. Iremos fazer todo o esforço possível para que ainda neste ano saia e assim não haja distorções como o fato ocorrido ontem. Mesmo os Deputados se solidarizando com a nossa querida Deputada Luzia de Paula, ainda houve situações em que foram lá e falaram. *Sites* denegriram a atitude da Deputada. Muitas vezes, isso não é o correto. Na verdade, as pessoas gostam de criticar muito, mas falar as coisas boas, dificilmente vemos os meios de comunicação fazer. Por isso precisamos ter, realmente, a nossa Câmara Legislativa funcionando e, assim, passar para a nossa sociedade o que de fato e de verdade acontece neste Parlamento.

Muito obrigado, Deputado Agaciel Maia.

DEPUTADO AGACIEL MAIA – Agradeço o aparte do Deputado Julio Cesar e o incorporo ao meu pronunciamento.

DEPUTADO WASNY DE ROURE – Permite-me V.Exa. um aparte?

DEPUTADO AGACIEL MAIA – Ouço o aparte de V.Exa.

DEPUTADO WASNY DE ROURE (PT. Sem revisão do orador.) – Deputado Agaciel Maia, Deputado Julio Cesar, quero me reportar especificamente à fala de V.Exa.

O processo licitatório anterior não tem absolutamente nada que o comprometa. Foi plenamente acompanhado pelo Ministério Público do Distrito Federal, seguindo, inclusive, o processo licitatório da *TV Justiça*. Posteriormente, a Promotoria de Contas do Ministério Público do Tribunal de Contas esteve aqui, acompanhou, pediu cópia do processo, o processo foi ao tribunal... Inclusive, recentemente, conversando com a Deputada Celina Leão, S.Exa. pediu o retorno ao tribunal. Não há nada! Agora, o que há é um parecer da Dra. Carla, uma das Procuradoras desta Casa, no qual questionou um procedimento pretérito a esse



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
17 02 2016	15h25	6ª SESSÃO ORDINÁRIA	21

processo licitatório, que era um contrato sem licitação de um técnico e a proposta apresentada por ele. Foi essa a atuação dela, não foi ao processo licitatório propriamente dito. Acho que é importante deixar claro. Foram doze empresas que participaram do processo licitatório. Eu não acompanhei, foi uma comissão especial que acompanhou, mas estava sob a minha responsabilidade.

Então, para mim, é muito importante que as coisas sejam colocadas nos devidos termos, porque essas coisas, quando apresentadas de maneira distorcida, respingam em outros. O Deputado Agaciel Maia era Vice-Presidente desta Casa, a Mesa Diretora ainda tinha nesta Casa o Deputado Prof. Israel, a Deputada Eliana Pedrosa – que não está mais conosco aqui – e o Deputado Aylton Gomes. Tenho interesse de ver a solução. Agora, sim, à nova Mesa Diretora cabe, entendendo que não gostaria de homologar aquele processo licitatório, outra opção. E eu, como Deputado desta Casa, irei respeitar, elogiar e reconhecer. Quanto a isso, Deputado Julio Cesar e demais membros da Mesa contarão com o meu apoio naquilo que for melhor para esta instituição. Isso deve ficar claro, porque o burburinho nessa área é muito fácil. Eu me permito a liberdade, pelo respeito que tenho a cada um dos colegas, de fazer essas colocações.

DEPUTADO AGACIEL MAIA – Agradeço o aparte de V.Exa.

Eu não estou discutindo nem o procedimento para se chegar lá, apesar de eu sempre sugerir que se pegue o edital do Supremo Tribunal Federal, que é a corte maior de Justiça, e ajustem-se as quantidades, que são bem menores. Eu acho que não há como questionar juridicamente um edital que tenha sido adotado pelo Supremo Tribunal Federal. Mas eu não estou discutindo os procedimentos de como colocar a TV no ar. O mais importante é que a TV esteja no ar, que a população, Deputado Lira, possa assistir ao trabalho de cada um de nós e avaliá-lo. Que possa apresentar, pelo 0800, agora recentemente criado, sugestões e críticas. Queremos a TV para mostrar os fatos, e não para poder ser editada e publicar só o que for bom, não. É para publicar o que é bom e o que é ruim dentro da Casa, para que a população possa avaliar, criticar, sugerir, elogiar. Esse é o procedimento. É a imparcialidade total, porque, a partir do momento em que se colocam aqui em cima duas câmeras abertas, tudo o que acontecer aqui vai ser registrado. A partir do momento em que houver uma equipe em cada comissão que se reúne em dias alternados aqui com pronunciamentos, com pareceres... E depois um resumo pela manhã no jornal da Câmara Legislativa e à noite outro resumindo. "O Deputado Rafael Prudente e o Deputado Rodrigo Delmasso apresentaram os projetos tais e tais. A Deputada Luzia de Paula apresentou tal projeto etc." A população vai poder fazer uma avaliação de quem são os Deputados que realmente estão trabalhando em prol da população e os que estão desagradando. Conforme eu disse, é um instrumento de avaliação da população que permite botar o Parlamentar para cima ou mandá-lo para casa.

Muito obrigado.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
17 02 2016	15h25	6ª SESSÃO ORDINÁRIA	22

(Assume a Presidência o Deputado Julio Cesar.)

PRESIDENTE (DEPUTADO JULIO CESAR) – Obrigado, Deputado Agaciel Maia.

DEPUTADA LUZIA DE PAULA – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO JULIO CESAR) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADA LUZIA DE PAULA (Rede Sustentabilidade. Sem revisão da oradora.) – É um pronunciamento muito rápido. Neste momento está acontecendo um fato muito desagradável, muito triste, na cidade de Ceilândia, onde moro. A Unidade de Pronto Atendimento – UPA está pegando fogo. Houve uma explosão. Já temos lá um ferido. Eu quero aqui registrar este fato. Estou me ausentando. Eu iria fazer um pronunciamento, mas estou me dirigindo neste momento à minha cidade para estar ao lado desse povo. É com muito pesar que tenho que noticiar algo tão desagradável neste momento em que nós temos tantos problemas com a saúde do povo, principalmente o povo de Ceilândia.

PRESIDENTE (DEPUTADO JULIO CESAR) – Obrigado, Deputada Luzia de Paula.

Concedo a palavra ao Deputado Rafael Prudente.

DEPUTADO RAFAEL PRUDENTE (Bloco Democrático e Trabalhista. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, demais colegas, eu ia dar uma boa tarde, mas depois de uma notícia dessas, Deputada Luzia de Paula, é complicado. Deixo minha solidariedade ao povo de Ceilândia por essa tragédia.

Sr. Presidente, o motivo do meu pronunciamento hoje é que, na semana antes do carnaval, eu fiz um pronunciamento aqui sobre a falta de utilização dos recursos públicos na saúde. Nós viramos o ano com um orçamento de 300 milhões a ser utilizado. Fui estudar um pouco, nesses últimos dias, o orçamento da Secretaria de Educação e encontrei quase o mesmo valor, Deputado Julio Cesar, Deputado Prof. Reginaldo Veras. Este é o motivo do meu pronunciamento: a evidência da falta de planejamento, a angústia dos pais de alunos quando se trata da rede pública de ensino do Distrito Federal. Já é de se imaginar, Deputado Prof. Reginaldo Veras, Deputado Rodrigo Delmasso: nós, no início do ano, em uma das nossas reuniões da Comissão de Fiscalização, Governança, Transparência e Controle, fizemos um ato muito importante, que foi votar um requerimento pedindo o planejamento para os próximos quatro anos das secretarias. Se não tivessem o planejamento dos quatro anos, que mandassem o planejamento pelo menos do primeiro ano. É isto que está sendo evidenciado: nós nunca recebemos – o Deputado Rodrigo Delmasso pode confirmar isso como Presidente, hoje, da comissão – nenhum tipo de planejamento de nenhuma secretaria. Como se faz gestão de uma determinada secretaria, ou de uma empresa, sem saber para que lado vai? Deparamos com o orçamento da Secretaria de Educação, um orçamento grande, maior que o de muitos estados, de muitas metrópoles do nosso País. Tivemos uma sobra no caixa e no orçamento do



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
17 02 2016	15h25	6ª SESSÃO ORDINÁRIA	23

ano passado de 251 milhões de reais. Do que se tratam esses 251 milhões de reais? Eu vou deixar bem separados aqui. Para a manutenção do ensino, 86 milhões. O que é manutenção do ensino? É construção e conservação de instalações; remuneração e aperfeiçoamento de pessoal; levantamento de estatísticas, estudos; realização de atividades meio ao funcionamento do sistema de ensino; concessão de bolsas de estudos a alunos de escolas públicas e privadas. Temos 14 milhões de sobra na administração de pessoal. Para construção de creches e escolas, 47 milhões e 700 mil reais. Com esse valor, daria para construir pouco mais de vinte novas creches. Nós sabemos, Deputado Prof. Reginaldo Veras – V.Exa. é um profundo estudioso da educação, entendedor da educação – que temos falta de vagas nas creches. Das pessoas que vão à secretaria, falta em torno de 25 mil vagas, isso fora aquelas pessoas que, sabendo da dificuldade em conseguir uma vaga, nem se reportam à Secretaria de Educação. Para o ensino profissionalizante, 40 milhões 742 mil reais. Eu faço um desafio a todos os Deputados presentes se algum Deputado aqui, durante a campanha eleitoral, não tenha falado que defenderia o curso profissionalizante para aqueles jovens que estão entrando no mercado de trabalho, e também para aquelas pessoas que estão fora do mercado, mas estão querendo estudar um pouquinho mais, para terem melhores condições de conseguir um emprego. Foram 13 milhões para reforma e manutenção das escolas, 21 milhões para transporte escolar, dentre outros.

Deputado Prof. Reginaldo Veras, eu fui estudar um pouquinho por que não foram utilizados esses recursos. Primeiro, por falta de planejamento. E outra: além de, no ano passado, nós termos deixado de utilizar esse recurso, nós corremos sério risco de virar o ano de 2016 para 2017 sem a utilização, provavelmente, de um recurso muito maior do que esse. Por quê? Parte dos recursos do Fundeb está bloqueada porque o cadastro do Conselho de Fiscalização desses recursos está irregular no MEC e no FNDE.

Deputado Julio Cesar e Deputados presentes, o governo sempre fala de crise, que falta recurso para isso, falta recurso para aquilo, mas não conseguimos muitas vezes nem executar aquilo que está previsto no Orçamento.

Na semana antes do carnaval, eu fiz um pronunciamento a respeito da saúde. Hoje saiu uma matéria do Deputado Wasny de Roure que trata da tragédia anunciada da dengue, chikungunya e zika. Estavam previstos no Orçamento 24 milhões para serem utilizados no combate a essas epidemias, e o governo deixou disponíveis nos cofres públicos 17 milhões.

DEPUTADO WASNY DE ROURE – Permite-me V.Exa. um aparte?

DEPUTADO RAFAEL PRUDENTE – Ouço o aparte de V.Exa.

DEPUTADO WASNY DE ROURE (PT. Sem revisão do orador.) – Deputado Rafael Prudente, eu quero cumprimentar V.Exa. A mídia considera muito que o mandato é associado ao um número de projetos de lei, e V.Exa. está exatamente



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
17 02 2016	15h25	6ª SESSÃO ORDINÁRIA	24

mostrando que, mais do que um projeto de lei, é o trabalho de acompanhamento da execução orçamentária e conseqüentemente o que isso representa para a sociedade, ou seja, um trabalho de fiscalização. Eu quero cumprimentar V.Exa. e sua assessoria, naturalmente. Recentemente fiz um pronunciamento na mesma direção, entretanto na área de segurança. Empenhos são feitos e depois não se consegue gastar. Conseqüentemente, não se fazem os remanejamentos necessários e se perdem.

A questão dos recursos de creche é notória. O Governo Rollemberg praticamente não deu início. Depois de um ano, mesmo com os recursos do FNDE para creche, não consegue licitar, não consegue identificar as áreas. Eu não consigo entender a clareza.

O problema da gestão do salário-educação ou do Fundeb, como V.Exa. colocou, é algo extremamente grave. A Secretaria de Educação precisa de alguns gestores financeiros. É fundamental. Eu tenho o maior respeito pelo Secretário Júlio. É um homem extremamente dedicado à educação, é uma pessoa séria. Todos nós sabemos e somos testemunhas disso. Mas não basta. Precisamos de pessoas que atuem de maneira preventiva, planejando, montando os processos licitatórios, seja de reforma de escolas, seja de construção de novas escolas.

Eu tenho recebido, Deputado Rafael Prudente, no meu gabinete, as famílias que se mudaram para o Riacho Fundo II, preocupadíssimas. Já conversei com a regional de ensino, fizemos audiência no Riacho Fundo II com a chegada daqueles apartamentos do Morar Bem. Isto é extremamente assustador: deixar de gastar. E não é diferente em outras secretarias, V.Exa. está apontando. Nós estamos fazendo um estudo, nesse momento, do Pdaf, como também estamos fazendo um estudo do Fundo da Saúde. São extremamente graves essas perdas na gestão. Quem ganhou as eleições falando que o governo anterior era nulo em gestão... Quem fala uma coisa responde depois. Esse é o quadro que nós estamos vivendo. Falou, falou, criticou, criticou, e agora não consegue gastar o dinheiro público. No entanto, gastou praticamente tudo que foi votado nesta Casa dos recursos do Iprev. Os recursos do Iprev – 1 bilhão e 200 milhões de reais... Lembram-se do compromisso? Seis meses para ter qual relação? A relação dos imóveis que serão dados em garantia. Eu quero ver se, em seis meses, isso vai sair.

Muito obrigado.

DEPUTADO RAFAEL PRUDENTE – Agradeço o aparte do Deputado Wasny de Roure.

DEPUTADO RODRIGO DELMASSO – Permite-me V.Exa. um aparte?

DEPUTADO RAFAEL PRUDENTE – Ouço o aparte de V.Exa.

DEPUTADO RODRIGO DELMASSO (PTN. Sem revisão do orador.) – Deputado Rafael Prudente, primeiro quero parabenizar V.Exa. pela abordagem. Também quero fazer algumas perguntas. Como V.Exa. mostrou que houve uma sobra orçamentária



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
17 02 2016	15h25	6ª SESSÃO ORDINÁRIA	25

nessas rubricas, pergunto por que o órgão gestor de planejamento não viu que haveria essas sobras orçamentárias e não fez o remanejamento para pagar dívidas de exercícios anteriores, para incluir, Deputado Bispo Renato Andrade, no item 92, que é o alteio, dívida de exercícios anteriores, se foi publicado em toda a imprensa que o DF está devendo 3 bilhões de reais. Se sabia que não ia ser executado, por que não remanejou o orçamento para pagar dívida de exercícios anteriores?

O mais grave disso tudo é, além de não executar o orçamento, além de não colocar o serviço à disposição, não haver controle de gestão orçamentária que faça esses remanejamentos justamente para atender uma dívida que não é de governo, é uma dívida de Estado.

Então, eu gostaria de deixar essa pergunta também para que os órgãos de gestão e de planejamento respondam.

Obrigado, Deputado Rafael Prudente.

DEPUTADO JULIO CESAR – Permite-me V.Exa. um aparte?

DEPUTADO RAFAEL PRUDENTE – Ouço o aparte de V.Exa.

DEPUTADO JULIO CESAR (PRB. Sem revisão do orador.) – O Deputado Bispo Renato Andrade não quer que eu faça uso da palavra, mas mesmo contrariando o meu bispo – vou desrespeitá-lo um minutinho, rapidamente –, quero parabenizar V.Exa. pelo discurso.

Na verdade, vou marcar uma reunião com o Secretário de Educação justamente para que ele possa nos dar todos os esclarecimentos sobre esse montante que ficou parado e não conseguiu ser executado. Até conversei com o Deputado Rodrigo Delmasso para que a Secretaria de Educação seja uma das primeiras secretarias a vir à Comissão de Fiscalização, Governança, Transparência e Controle. É obrigação do secretário vir aqui prestar conta de tudo que foi feito. Até sugeri que seja o Secretário Júlio Gregório porque ele esteve um ano à frente da Secretaria de Educação. Acho importante ele vir a esta Casa relatar tudo o que está acontecendo.

O Deputado Wasny de Roure falou do dinheiro do Iprev utilizado. Acho que é importante ressaltar que o Distrito Federal é uma das poucas unidades da Federação em que os salários dos servidores públicos estão rigorosamente em dia. A gente vê poucos Deputados ressaltando isso. Se formos ao Rio de Janeiro, que é administrado pelo PMDB, vamos ver que o estado está em uma situação difícil, não consegue pagar os salários dos servidores públicos, que deveriam receber em dia. Nós vemos, então, que Brasília está à frente de muitos estados que não pagaram nem o 13º salário. Brasília já conseguiu fazer isso.

Portanto, é importante ressaltar essas ações. Acho que todos os Srs. Deputados, com muita razão, com muita propriedade, cobram algumas ações do governo. Essas ações devem ser cobradas mesmo. Acho que esse é o nosso papel,



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
17 02 2016	15h25	6ª SESSÃO ORDINÁRIA	26

mas também temos que ressaltar o que foi feito. Como eu disse na semana passada, houve algumas cobranças em relação ao número de pessoas que foram nomeadas. O governo está começando a nomear servidores. Foram chamados 159. O estado, queira ou não queira, está começando a cumprir sua palavra.

Então, acho importante também ressaltarmos que há todo um esforço do Distrito Federal. Olhemos o Rio de Janeiro, por exemplo, onde os servidores estão com seus salários atrasados.

Obrigado, Deputado.

DEPUTADO RAFAEL PRUDENTE – Deputado Julio Cesar, antes de dar o aparte ao Deputado Lira, quero aqui parabenizar a gestão do PRB na Secretaria de Esportes. Analisei o orçamento dessa secretaria e verifiquei que não sobrou nada, Deputado Julio. O dinheiro foi empregado.

DEPUTADO LIRA – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO JULIO CESAR) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO LIRA (PHS. Sem revisão do orador.) – Eu só quero pedir aos nobres Deputados que sejam breves em seus comentários, para que o Deputado Rafael Prudente possa concluir o discurso, porque eu preciso me pronunciar da tribuna sobre São Sebastiao, sobre algo muito importante.

Obrigado.

PRESIDENTE (DEPUTADO JULIO CESAR) – Pode deixar, nós não iremos mais interromper o Deputado Rafael Prudente para que S.Exa. possa terminar o discurso. Pode ficar tranquilo.

DEPUTADO RAFAEL PRUDENTE – Sr. Presidente, para concluir, quero dizer que nós, da Comissão de Educação, Saúde e Cultura, muitas vezes analisamos alguns projetos. Um dos projetos que chegaram a nossas mãos, no ano passado, foi o do cartão de material escolar. Nós não precisávamos ter debatido durante tanto tempo sobre um assunto como esse, Deputado Prof. Reginaldo Veras, se soubéssemos que haveria sobra no caixa. Foi publicado hoje no *Diário Oficial* a respeito do tabelamento do cartão de material escolar. Oitenta reais foi o valor mínimo estipulado por lei aqui.

Então, é muito doloroso vermos a educação do Distrito Federal da forma como está, com falta de creches. Nós vemos aí que as creches que foram deixadas pelo Governo do PT, a grande maioria não foi entregue ou sequer foi inaugurada depois de mais de 410 dias de governo. Aí vemos uma sobra de mais de 250 milhões de reais no caixa, Deputado Chico Vigilante, que daria para construir mais cem novas creches de alto padrão dentro do Distrito Federal, fora aqueles recursos que poderiam ter sido utilizados para dar uma capacitação profissional melhor aos nossos jovens, àquelas pessoas que estão fora do mercado de trabalho.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
17 02 2016	15h25	6ª SESSÃO ORDINÁRIA	27

Com muito pesar, levamos aquela informação ao Parlamento, aos meios de comunicação e às pessoas da nossa cidade de que, infelizmente, a má gestão e a falta de planejamento estão deixando recursos no caixa do Distrito Federal sem serem utilizados.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

PRESIDENTE (DEPUTADO JULIO CESAR) – Eu que agradeço, Deputado Rafael Prudente.

Convido o Deputado Bispo Renato Andrade, Líder da Minoria, para fazer uso da palavra.

DEPUTADO BISPO RENATO ANDRADE (Líder da minoria. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, peço permissão a V.Exa. para fazer uso da palavra daqui mesmo, até para que o Deputado Lira possa falar logo.

PRESIDENTE (DEPUTADO JULIO CESAR) – Até para prestigiar o nosso Deputado Lira, eu concedo a palavra a V.Exa. para que fale daqui mesmo.

DEPUTADO BISPO RENATO ANDRADE – Sr. Presidente, caros colegas, imprensa, amigos da Câmara e servidores, passadas as festividades de fim de ano, voltamos à triste realidade que nos assola. Embora triste, a realidade sempre deve prevalecer! É melhor enfrentar os problemas de frente a ter que esconder embaixo do tapete. A realidade, além de vivenciada, deve ser transmitida. Causou-me espanto o que vi publicado no *Diário Oficial* do Distrito Federal do dia 21 de janeiro de 2016, quando o Governo do Distrito Federal publicou o Decreto nº 37.067, de 2016, DODF, pág. 2, que retorna o Sistema de Bilhetagem Automática para ser operacionalizado pelas empresas do transporte público coletivo do DF, delegatários do serviço de transporte público do DF. Essa descentralização administrativa representa um enorme retrocesso na gestão do transporte público coletivo do DF, sacrificando, sobremaneira, a transparência e o controle do gasto público relacionado ao STPC.

O Sistema de Bilhetagem Automática foi instituído pela Lei nº 4.011, de 2007, como instrumento de cobrança da tarifa e o controle da demanda e da oferta, conforme previsão no art. 43 da referida norma. Esse sistema deveria ser operado pelo DFTrans, facultada a delegação a terceiros, cuja operacionalização consiste no processamento dos dados operacionais e financeiros, dos cadastros, da geração, da distribuição e da comercialização dos cartões e dos créditos de viagem.

Em seguida, foi publicada a Portaria nº 98, de 2007, também da Secretaria de Estado de Transporte do Distrito Federal, que tratou da criação do SBA e delegou sua operacionalização à associação denominada Fácil, Brasília Transporte Integrado, constituída exclusivamente por operadores do Sistema de Transporte Público Coletivo do DF, por meio do Convênio nº 01, de 2008.

Inicialmente, com base na Portaria nº 98, de 2007, a operadora do Sistema de Bilhetagem Automática do Distrito Federal seria uma associação civil sem fins



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
17 02 2016	15h25	6ª SESSÃO ORDINÁRIA	28

lucrativos. Essa entidade deveria ser formada, exclusivamente, por operadores do serviço básico do Sistema Integrado de Transporte do DF, criada com o objetivo específico de operacionalização do sistema, bem como a viabilização e implantação do SBA. Essa portaria foi revogada pelo Decreto nº 31.311, de 2010.

O SBA opera com conceito de cartão pessoal e intransferível, com armazenamento de todos os créditos para pagamento da tarifa de transporte. Com a criação da Fácil Brasília Transporte Integrado, manteve-se o controle da principal ferramenta de funcionamento do STPC/DF sob a tutela dos operadores. Dessa forma, a solução adotada divergiu da previsão da Lei nº 4.011, de 2007, haja vista a caracterização de um serviço vinculado ao STPC/DF como inexigível, para o qual estava prevista a licitação.

Cabe aqui ressaltar que, conforme Parecer nº 408/2009 da PROCAD/PGDF, na celebração do Convênio nº 01/2008, haveria fuga no dever de licitar, conforme escrito a seguir:

“O referido convênio foi celebrado sem prévia realização de licitação, com fundamento no artigo 25 da Lei nº 8.666/93, porquanto haveria inviabilidade de competição decorrente de delegação instituída pela Lei nº 4.011, de 2007, e pela Portaria nº 98, de 2007.

Ocorre que, consoante acima demonstrado, não se extrai da lei em sentido estrito a individualização do destinatário da delegação, o que revela a nulidade da Portaria nº 98, de 2007, no tocante à operacionalização de competição.

Nulo, portanto, o Convênio nº 01, de 2008, acima referido.

Por fim, cumpre apontar o fato de que, se as nulidades acima identificadas revelam a impossibilidade de aquisição dos cartões eletrônicos, por inexigibilidade de licitação da associação Fácil Brasília Transporte Integrado, questão objeto do presente processo administrativo.”

Durante a vigência do Convênio nº 01/2008, permaneceu a situação de delegar não só a operacionalização, mas também a gestão do SBA à Fácil Brasília Transporte Integrado. A omissão e ineficiência da autarquia possibilitou que os gestores da associação, operadores do STPC/DF, usurpassem as competências do DFTrans, conforme trecho do Relatório de Auditoria Especial nº 01/2011 da Diragicont, cujo objeto foi a auditoria especial no Sistema de Bilhetagem Automática/Passes Livre Estudantil, a saber:

“268. Observou-se ainda que é precária e, em muitas situações, não existe a comunicação, tampouco a troca de informações entre o DFTrans e a Fácil.

269. Esses procedimentos são fundamentais para regular operação do SBA, uma vez que, para atingir seus objetivos – de melhorar o deslocamento das pessoas, dar mais segurança aos operadores e usuários e propiciar à população amplo deslocamento e mobilidade de acesso aos modais abrangidos pelo sistema – são



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
17 02 2016	15h25	6ª SESSÃO ORDINÁRIA	29

necessários vários fatores, dados e estruturas, que, caso não estejam devidamente estabelecidos e funcionais, comprometem o resultado do sistema como um todo.

270. Dessa forma, para sucesso do SBA, é imprescindível que o DFTrans atue plenamente no seu papel de entidade gestora, exercendo na totalidade suas competências normativas, em especial, estabelecidas no Decreto nº 31.311/2010.”

Importante, nesse momento, lembrar o desvio de recurso público à época que o sistema tinha a gestão descentralizada. Conforme estimativas da Divisão Especial de Repressão aos Crimes Contra a Administração Pública da Polícia Civil – DECAP, entre 2008 e 2011, 14 milhões de reais – agora o Estado quer devolver o SBA às empresas – deixaram de ser repassados ao DFTrans, agência que fiscaliza a área de transporte no Distrito Federal. Esses valores são referentes apenas aos 3,84% em impostos que deveriam ser repassados ao DFTrans. Esses dados culminaram nas operações da Polícia Civil do DF Drakkar 1 e 2.

Dessa forma, a gestão do SBA, desde a gênese do sistema, desde a sua fundação até agora, demonstra a incapacidade do Poder Público em controlar de forma eficaz a bilhetagem no DF.

O relatório da Auditoria Especial nº 01/2014, da Controladoria Geral do DF, elenca as seguintes irregularidades encontradas no sistema: ausência de estudos técnicos prévios à contratação da Empresa Paulista Serviços e Transportes Ltda.; ausência de assinatura do projeto básico e do edital de contratação – isso, o próprio governo –; desvio de função dos contratados pela Empresa Paulista Serviços e Transporte Ltda.; ausência de prestação de contas por parte da empresa; despesa sem prévio empenho; relação familiar entre servidores do DFTrans e gestores da empresa; existência de frota em situação irregular; utilização indevida dos cartões, inclusive acima dos limites permitidos; uso indevido de cartões vale transporte com evidências de fraude.

Deputado Julio Cesar, pelo tempo, eu poderia elencar tantas outras coisas erradas, mas veio o Governo do Distrito Federal agora, no dia 10 de fevereiro de 2016, e também reconhece dívida no valor de 12 milhões de reais do passe livre estudantil e de portador de necessidades especiais – pasmem! – do dia 21 de dezembro de 2014 ao dia 31 de dezembro de 2014, período de férias escolares. Ora, pagar passe estudantil quando os alunos não estão estudando? Doze milhões de reais? O governo da transparência, que veio e que não gosta de fazer acordos? É, eu termino, então, meu amigo, dizendo que as despesas de exercícios anteriores são previstas na lei, é verdade, mas a despesa ocorreu sem dotação orçamentária suficiente para suportar a despesa ocorrida em 2014, ou seja, o DFTrans não tinha saldo orçamentário no programa de trabalho específico para pagamento de PNE/PLE, o que é crime com pena de reclusão de 1 a 4 anos pela Lei de Crimes Fiscais (Lei nº 10.028/00).



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
17 02 2016	15h25	6ª SESSÃO ORDINÁRIA	30

Além disso, a execução de despesas de exercícios anteriores deverá ser precedida de apuração de responsabilidade de quem deu causa à realização de despesas sem cobertura contratual ou decorrente de contrato, posteriormente, declarado inválido, por meio de sindicância administrativa, no intuito de apurar, cabalmente, as circunstâncias que originaram a prestação de serviços, a realização de obra ou o fornecimento de bens de forma irregular.

O ponto que merece esclarecimento do Poder Executivo em relação a esses decretos de reconhecimento de dívida é o fato de o Governo do Distrito Federal insistir em um contrato de concessão questionado em todas as instâncias, inclusive declarado nulo por decisão judicial. Questiona-se aqui, inclusive, a existência da dívida em um contrato nulo com vício desde a origem, conforme demonstrado em sentença recente do Tribunal de Justiça do DF. Além disso, é responsabilidade da nossa Comissão Parlamentar de Inquérito aprofundar na quantificação do dano ao Estado pela má gestão desse contrato de concessão e apuração dos devidos responsáveis.

Como não poderia deixar de ser, o governo do socialista Rollemberg, que hoje ocupa o Palácio do Buriti, utilizando-se de um velho, conhecido e ineficaz expediente que vem caracterizando seu desastroso mandato, socializa os números ruins de seu governo. A única coisa boa que ele pode apresentar é que derrubou 5 mil casas de pobres, único dado positivo para eles. É preciso que alguém diga ao Governador que ele foi eleito para governar, administrar e gerir respeitando os princípios da legalidade, moralidade, publicidade, economicidade e impessoalidade. E isso implica, obviamente, gastar com responsabilidade o dinheiro público; dinheiro que não é de governante nenhum, mas sim do povo. Implica respeitar as normas que regem o processo de realização de despesas públicas, levando, com isso, à melhor destinação do dinheiro público; repito, do dinheiro do povo e não do Governo do Distrito Federal.

Era o que eu tinha a dizer, nobre Presidente.

PRESIDENTE (DEPUTADO JULIO CESAR) – Parabéns pelo discurso, mas acho que V.Exa. se esqueceu de elencar algumas coisas que acho importante pontuarmos aqui nesta Casa. Primeiramente, quando V.Exa. diz que o contrato foi declarado nulo, na verdade, só depois que transitar em julgado é que o governo tem que cumprir a sentença. Se nós cumprirmos a sentença neste momento, nós vamos trazer um caos em Brasília. Então, no momento em que V.Exa. diz que tem-se que parar com tudo, acho que acabamos entendendo que... O que vai acontecer com os portadores de deficiência, com os jovens que têm esse recurso através do passe livre? Então, temos que tomar um pouquinho de cuidado. Muitas coisas que V.Exa. levantou, acho que o Secretário de Mobilidade Pública deve nos explicar. Inclusive, a pedido da própria CPI, nós fizemos um convite, e ele estará aqui na próxima terça-feira. Também dá para entender quando V.Exa. diz isso que... Na verdade, todos nós sabemos que o contrato não foi feito na gestão do Governador Rodrigo Rollemberg.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
17 02 2016	15h25	6ª SESSÃO ORDINÁRIA	31

Isso aí foi feito na gestão do então Governador Agnelo Queiroz, em parceria com o nosso Vice-Governador na época, Tadeu Filippelli, e o antigo responsável pelo DFTrans, o Campanela. Então, não se esqueça de mencionar que esse contrato também é de épocas anteriores e que o governo está, na verdade, dando continuidade a algo que foi feito lá no passado. E já há estudos, é importante ressaltar, para que realmente possamos executar e fazer uma nova licitação. Mas temos que fazer com calma. Não queremos também – eu acredito que V.Exa. é defensor disso – trazer caos. Acho que realmente a CPI está levantando. Quero parabenizar a CPI pelo trabalho exemplar que V.Exa., juntamente com os outros membros, faz. Acho que deveriam convocar algumas pessoas que até hoje não foram convocadas. Acho que estão faltando pessoas importantes que poderiam também vir aqui dar algumas explicações, mas temos que tomar cuidado para não cometer injustiças.

DEPUTADO BISPO RENATO ANDRADE – Quero apenas completar o que V.Exa. diz. O senhor é uma alma boa. O senhor vai direto para o céu. Defender o indefensável é uma coisa que merece ser parabenizada. Eu não pedi que parem o sistema de transporte público do Distrito Federal. Agora, meu nobre Deputado Prof. Reginaldo Veras, meu ilustre amigo, que respeito e admiro, um homem que cuida da educação, pagar 12 milhões durante as férias escolares, meu querido amigo, não tem defesa, não, Deputado Julio Cesar.

Mais ainda, o meu nobre amigo Dr. Lisandro, Juiz da Primeira Vara de Fazenda Pública, entende o quanto eu entendo: o sistema não pode parar em hipótese nenhuma. Dizem que o Governador Agnelo foi fraco, mas ele interviu no sistema público quando precisou intervir. Por que o nosso nobre Rollemberg, que é um Governador forte... Então, não tomem as rédeas do serviço público para parar com isso... O que não pode... Enquanto se questionam emendas não sei de qual valor... Peguem esses 12 milhões e paguem as UTIs, contratem médicos, contratem servidores. Não estou falando mal do Governador Rollemberg não. Até admito que é uma alma boa, mas, do jeito que está, ele não vai para o céu não. Avisem-no de que ele está maltratando muito o nosso povo. O senhor vai porque defende ele.

Muito obrigado.

PRESIDENTE (DEPUTADO JULIO CESAR) – O senhor já está conseguindo ter uma bola de cristal para saber quem vai para o céu e quem não vai. Está demais! Esse bispo hoje está conseguindo até adivinhar quem vai e quem não vai.

DEPUTADO ROOSEVELT VILELA – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO JULIO CESAR) – Concedo a palavra ao Deputado Roosevelt Vilela.

DEPUTADO ROOSEVELT VILELA (PSB. Sem revisão do orador.) – Obrigado, Deputado Julio Cesar, nosso Líder.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
17 02 2016	15h25	6ª SESSÃO ORDINÁRIA	32

Deputado Bispo Renato Andrade, eu gostaria de dizer que, nessa sua bola de cristal que diz quem vai para o céu e quem não vai para o céu, tenho certeza de que o senhor também vai poder prever que Agnelo e principalmente o ex-Governador Arruda não irão. Porque, se com 12 milhões seria resolvido o problema das UTIs, imagine com o que foi desviado no mensalão do DEM! Nós tivemos a vergonha de estar na imprensa mundial com o primeiro governador que saiu preso! E o senhor fez parte da equipe dele, como Secretário de Trabalho. Não? Corrija-me, por favor!

DEPUTADO BISPO RENATO ANDRADE – Corrijo com muito prazer. Eu fui Secretário de Trabalho na gestão do Agnelo Queiroz. Se o Arruda vai para o céu ou para o inferno, o problema é dele. Sei que eu não vou.

DEPUTADO ROOSEVELT VILELA – Eu errei o santo, mas não errei o portador do milagre.

Então, a gente tem que ter cuidado, porque o Governador Rollemberg pode ser acusado de uma série de situações, mas se trata de um governo que vem demonstrando ser austero, honesto e que trabalha pelo povo. Todos nós, que somos Deputados, pessoas públicas, o Deputado Lira, o Deputado Chico Vigilante, não podemos esquecer que o nosso maior patrimônio, Deputado Julio Cesar, é a nossa imagem. Ver um Governador que faz um enfrentamento... Eu não sei se todos sabem aqui, mas Brasília só perde para o Pará em conflito fundiário. Nós estamos na Capital Federal e as pessoas estão fazendo seus puxadinhos e invadindo terras a bel prazer.

Eu sou morador da Candangolândia, estou fazendo uma reforma na minha casa, passando uns dias na casa da minha sogra – olhem que benção! – e percebi que lá tem faixas que vejo na cidade inteira, faixas anunciando lotes de quatrocentos metros por 50 mil reais. Cinquenta mil reais! Aí, a gente tem um Governador que tem a coragem de fazer o enfrentamento, derrubar mil, 2 mil, 3 mil, 5 mil casas. Se, dessas 5 mil casas que foram distribuídas, como o senhor falou, uma só tivesse escritura, eu estaria lá para impedir a derrubada dela pelo trator.

Então, a cada dia que passa, passo a admirar cada vez mais o Governador Rollemberg, não só por ser companheiro de sigla, mas pela coragem de fazer o enfrentamento que Arruda não fez e Agnelo muito menos.

Conclamo os colegas Parlamentares a, quando forem falar do Governo Rollemberg, que não terminou ainda, Deputado Julio Cesar, pegarem seu livrinho de história e verem a história dos seus governadores.

Obrigado.

PRESIDENTE (DEPUTADO JULIO CESAR) – Até porque, Deputado Roosevelt Vilela, é importante, quando se faz uma acusação dessas, a gente lembrar... Só um minuto, Deputado Wasny de Roure. Com certeza, darei ao senhor todo o tempo possível.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
17 02 2016	15h25	6ª SESSÃO ORDINÁRIA	33

Eu queria só avisar ao nobre Deputado Bispo Renato Andrade que também não podemos nos esquecer de que, no ano passado, houve greve e as aulas não terminaram em dezembro. Então, V.Exa., uma pessoa com tanta sabedoria e eloquência, não pode se esquecer de que os alunos estudaram dezembro e janeiro todo. É até bíblico: “Não levantarás falso testemunho”, já que V.Exa. está conseguindo saber quem irá para o céu ou não. Vamos apurar. Eu prometo, juntamente com o Deputado Roosevelt Vilela, procurar ver, realmente, se é referente a esses meninos que estudaram em dezembro e janeiro. Caso não seja, V.Exa. pode ter a certeza de que serei, juntamente com V.Exa., atuante para culparmos o responsável por esse problema.

DEPUTADO BISPO RENATO ANDRADE – V. Exa. me pegou. Meus parabéns! Só que a dívida é de dezembro de 2014, Presidente.

PRESIDENTE (DEPUTADO JULIO CESAR) – Aí, é do Governo Agnelo. Desculpe, então, mas V.Exa., de novo, errou no discurso, porque não é nada do Governo Rollemberg. É do Governo Agnelo. Na verdade, fiquei confuso agora.

DEPUTADO WASNY DE ROURE – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO JULIO CESAR) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO WASNY DE ROURE (PT. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, prestei atenção à fala do Deputado Bispo Renato Andrade e também do Deputado Roosevelt Vilela.

Deputado Roosevelt Vilela, eu até tenho uma leitura quanto à conduta ilibada do nosso Governador. Entretanto, na coisa pública, S.Exa. não tem controle de tudo. Ao mesmo tempo em que S.Exa. tem feito algumas operações em Vicente Pires e no Sol Nascente, com argumentações muitas vezes sólidas, como naquela questão do Condomínio Jerusalém, que o Deputado Bispo Renato Andrade conhece tão bem, eu quero dizer que a Ponte Alta não apenas passa por um processo de parcelamento acentuado, mas com inteira omissão do governo.

Santa Maria vive uma situação de tragédia e não me parece que é diferente na região do Deputado Lira, de São Sebastião. Nós estamos vivendo um problema que não é responsabilidade desse ou daquele governo, é uma questão cultural, crônica e séria. Então, precisamos ter bom senso, porque, nessa questão da terra, o problema é mais fundo. Só lamento que as nossas autoridades, seja o governo anterior, seja este, não estejam dando conta do recado.

Posso levar V.Exa., Deputado Roosevelt Vilela, à cidade de Santa Maria e mostrar-lhe as ocupações que ocorreram em 2015, já na gestão Rollemberg. É extremamente importante V.Exa. ter consciência disso, porque o quadro é mais grave do que o que V.Exa. está mencionando.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
17 02 2016	15h25	6ª SESSÃO ORDINÁRIA	34

PRESIDENTE (DEPUTADO JULIO CESAR) – Deputado Lira, vou abrir mão da minha fala, para que V.Exa. possa também se pronunciar nos Comunicados de Parlamentares, bem como o Deputado Prof. Reginaldo Veras.

Estão encerrados os Comunicados de Líderes.

Passa-se aos

Comunicados de Parlamentares.

Concedo a palavra ao Deputado Lira.

DEPUTADO LIRA (PHS. Para breve comunicação. Sem revisão do orador.) – Sras. e Srs. Deputados, há cerca de seis meses, apresentei nesta tribuna os principais problemas da Cidade de São Sebastião com a esperança de o Poder Executivo socorrer a população, que está passando por diversos tipos de problemas, principalmente em relação à saúde, mas infelizmente quase nada foi feito para mudar a triste realidade dos moradores.

O número de habitantes de São Sebastião tem triplicado nos últimos anos sem que haja, por parte do governo, qualquer tipo de investimento ou planejamento quanto à infraestrutura, saneamento básico, instalação de equipamentos públicos de saúde, escolas, creches, segurança e mobilidade urbana na região. O crescimento desordenado da cidade tem afetado a qualidade de vida da população e contribuído para o aumento da violência em geral, a ponto de o Governo norte-americano sugerir a circulação dos seus cidadãos em determinados horários do dia e da noite na nossa cidade. Isso é um absurdo, lastimável e vergonhoso para nós da Capital da República!

Os chamados Postos de Saúde da Família (PSF), que atendem à população de maneira preventiva, dos poucos que temos, a maioria funciona em casas alugadas e sem as menores condições de higiene e de funcionamento. Sem contar que as equipes médicas que atendem nestes locais foram reduzidas para menos da metade! O jeito, nesse caso, é os moradores recorrerem à UPA, que, por sua vez, também deixa a desejar por causa da falta de médicos e de equipamentos hospitalares. As pessoas adoecem todos os dias e, quando procuram os serviços públicos de saúde, não são atendidas como deveriam, resultando, pois, no óbito de muitas delas, inclusive de crianças inocentes. É um sufoco tanto para os pacientes quanto para os profissionais que lá trabalham por não terem muito o que fazer nos momentos de dificuldades, a não ser rezar ou enviá-los para o hospital do Paranoá.

Destinei, através de emenda parlamentar, cerca de 1,7 milhões de reais no ano passado para a construção de um laboratório, compra de máquinas e equipamentos para a UPA e o Centro de Saúde de São Sebastião e, até a última segunda-feira, quando estive lá pela décima vez, nos últimos dias, os aparelhos de ar condicionado da sala de coleta de materiais e do alojamento dos servidores continuavam quebrados. Ou seja, nenhum dos recursos destinados por mim para a



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
17 02 2016	15h25	6ª SESSÃO ORDINÁRIA	35

saúde de São Sebastião foi gasto, nem mesmo para a compra de reagentes para detectar o vírus da dengue. Existe alguma explicação para isso? Acredito que não!

Estive, por diversas vezes, com o Dr. Fábio Gondim Pereira Costa, atual Secretário de Estado da Saúde do Distrito Federal, para cobrar a construção do Hospital Regional de São Sebastião e também para falar da falta de médicos na UPA. Na ocasião, garantiu que iria melhorar o atendimento nesta unidade de saúde e voltar com os pediatras no dia 2 de janeiro de 2016. Mas tudo ficou só na promessa porque, até o presente momento, nada do que foi prometido por ele se cumpriu. Isso é inadmissível! Nem eu nem os moradores de São Sebastião concordamos com esse tipo de coisa! Agora ele está dizendo que, em março próximo, a pediatria da UPA vai voltar a funcionar. Será? Enquanto isso não acontece, vou continuar cobrando e fiscalizando! A minha angústia de ver o sofrimento das pessoas que perderam os seus entes queridos na UPA, por falta de médicos, é tão grande quanto o clamor da própria população!

Outro problema grave que faço questão de levar ao conhecimento das autoridades é o dos pacientes renais que estão com dificuldades de atendimento na rede pública de saúde. Existem apenas oitenta máquinas de hemodiálise para atender cerca 1.500 pacientes, e, desse total, 45 estão precisando de manutenção. O Hospital Regional de Sobradinho dispõe de dezesseis máquinas, sendo que somente seis estão funcionando. E as oito clínicas conveniadas estão quase deixando de atender os pacientes do SUS por falta de pagamento. O ex-Gerente de Recursos Médicos Especializados da Secretaria de Saúde, vinculado à nefrologia, pediu demissão do cargo porque não tinha como trabalhar em decorrência da falta de insumos específicos para hemodiálise.

Os problemas que envolvem a saúde pública do Distrito Federal são, além de falta de gestão, caso de polícia! Não faz sentido a grande quantidade de recursos que é destinada todos os anos para ela, e a população continuar morrendo no corredor dos hospitais por falta de leitos de UTI, médicos e remédios. Também não faz sentido médicos e enfermeiros ocuparem cargos de chefia enquanto há falta desses profissionais para atender a população. Por isso, defendo a abertura de uma CPI para investigar supostas irregularidades no serviço público de saúde do Distrito Federal e também para dar mais transparência e eficiência ao setor.

Tenho feito a minha parte como Parlamentar e também como representante de São Sebastião e dos menos favorecidos na Câmara Legislativa. Porém, é preciso que o Poder Executivo também faça a parte dele, porque, do contrário, quem vai sair perdendo é a própria comunidade.

Sou da Base do Governador aqui na Câmara Legislativa, mas nem por isso vou abaixar a cabeça para os problemas que estão acontecendo no Distrito Federal. Torço, sinceramente, para que todos estes problemas sejam resolvidos o mais



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
17 02 2016	15h25	6ª SESSÃO ORDINÁRIA	36

urgentemente possível e que o governo de Rodrigo Rollemberg dê certo. Torço para que o Governador, realmente, consiga acertar na gestão da saúde.

Sei dos meus deveres para com a sociedade e por isso mesmo é que vou fazer de tudo para não decepcioná-la.

Obrigado, Deus, por mais esta oportunidade de poder falar para as pessoas que, assim como eu, almejam uma cidade melhor para nós e nossos filhos.

(Assume a Presidência o Deputado Rodrigo Delmasso.)

DEPUTADO CHICO VIGILANTE – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO RODRIGO DELMASSO) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE (PT. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, eu aguardo até agora pacientemente: eu, o Deputado Prof. Reginaldo Veras, o Deputado Lira e V.Exa. Vejo que o Deputado Wasny de Roure também está ali ainda. Eu estou inscrito para falar, mas, tendo em vista que o *quorum* caiu – não há mais seis Deputados em plenário – mesmo sabendo que o Deputado Prof. Reginaldo Veras tinha um pronunciamento importante para fazer e eu também iria abordar temas importantes, eu peço a V.Exa. que encerre a sessão.

Declaro que, a partir de amanhã, vou fiscalizar o cumprimento do Regimento, porque aqui está acontecendo uma coisa muito feia: as pessoas falam uma hora, depois vão embora, e a gente que fica esperando aqui não pode nem falar. Já não se vota nada, e nem falar aqui a gente pode porque as pessoas não ficam. Ocupam o tempo todo. Ficam uma hora fazendo debate sem cumprir o Regimento, impedindo que a gente fale.

Peço a V.Exa. que encerre a sessão porque não há mais *quorum*.

DEPUTADO PROF. REGINALDO VERAS – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO RODRIGO DELMASSO) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO PROF. REGINALDO VERAS (PDT. Sem revisão do orador.) – Ratifico o que disse o Deputado Chico Vigilante e ainda deixo um alerta aos Parlamentares ausentes. A gente já vai para quase um mês de trabalho, e de concreto a Casa ainda não produziu. As comissões ainda não se reuniram. A gente tem uma pauta de vetos gigantesca para derrubar ou para manter. E depois alguns Parlamentares criticam a imprensa quando ela diz que o custo *versus* benefício da Casa, para a sociedade brasileira, é questionável. Colhe-se o que se planta. E eu acho que a gente está colhendo o que plantou e não pode questionar depois as críticas vindas de vários setores da sociedade.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
17 02 2016	15h25	6ª SESSÃO ORDINÁRIA	37

Então, fica aqui um alerta, talvez, muito mais como cidadão do que como Parlamentar.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

PRESIDENTE (DEPUTADO RODRIGO DELMASSO) – Antes do encerramento da sessão, com base no Regimento, só mais duas retificações.

O projeto de lei do Deputado Cristiano Araújo, que “dispõe sobre o descarte de medicamentos no âmbito do Distrito Federal”, lido em 15 de dezembro de 2015, foi apresentado e lido novamente, em duplicidade, no dia 2 de fevereiro do corrente ano. Desconsidera-se, portanto, a segunda leitura.

Retifico que o projeto de decreto legislativo que concede o título de Cidadão Honorário de Brasília ao Sr. Walter Teodoro de Paula, lido no dia 16 de fevereiro de 2016, de autoria do Deputado Chico Leite, na verdade, é de autoria do Deputado Chico Vigilante, do Partido dos Trabalhadores.

Não havendo mais *quorum* para dar continuidade aos Comunicados de Parlamentares, às 18h11min, declaro encerrada a presente sessão.

(Levanta-se a sessão às 18h11min.)